

GUIA DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Realização

Apoio





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz Ceará, Brasil)

Guia de Vigilância Popular em Saúde e Emergências Climáticas./ Fernando Ferreira Carneiro (org.) -- Eusébio, CE: Fiocruz Ceará, 2026. 171 p.

Vários colaboradores.
ISBN: 978-65-88540-12-1

1. Vigilância em saúde 2. Educação popular 3. Saúde pública 4. Sistema Único de Saúde (Brasil) I. Carneiro, Fernando Ferreira.

CDD-362.109

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde pública 362.109

Camila Victor Vitorino Holanda - Bibliotecária - CRB-3/1126

ISBN: 978-65-88540-12-1



Organização * Fernando Ferreira Carneiro, Soraya Vanini Tupinambá, Vera Lúcia de Azevedo Dantas, Graciela Stornini de Almeida, Teresinha Pereira da Silva (Teka Potiguara) e Tânia Maria Peixoto Fonseca
Ilustrações * Maria Teresa Queiros dos Santos
Conversas desenhadas * Ricardo Wagner
Cordéis * Edson Oliveira
Síntese poética * Vera Lúcia de Azevedo Dantas
Poesia * Soraya Vanini Tupinambá
Fotografias * Fernando Ferreira Carneiro e acervo de pesquisa

Projeto gráfico e diagramação * Gabriel Hoewell
Produção editorial * Monica Rodrigues
Revisão * Bruno Barros
Catalogação bibliográfica * Camila Victor Vitorino Holanda

GUIA DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Eusébio/CE
2026

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Presidente * Mário Moreira
Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fiocruz * Tânia Maria Peixoto Fonseca

FIOCRUZ CEARÁ
Coordenadora da Fiocruz Ceará * Carla Freire Celedonio Fernandes
Coordenação de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde * Vanira Matos Pessoa
Coordenação de Pesquisa e Coleções Biológicas * Roberto Nicolete
Coordenação de Educação, Informação e Comunicação * Ana Cláudia de Araújo Teixeira
Coordenação de Inovação, Produção e Empreendedorismo, Distrito de Inovação em Saúde do Ceará * Luiz Odorico Monteiro Andrade
Coordenação de Gestão e Desenvolvimento Institucional * Bruno Bezerra Carvalho

GRUPO DE PESQUISA: SERPOVOS e PARTICIPATÓRIO - Saúde, Cuidado e Vigilância Popular com os territórios do campo, da floresta, das águas e dos povos indígenas
Coordenação * Fernando Ferreira Carneiro e Vanira Matos Pessoa

ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul (MST/RS) - Associação Comunitária 29 de Outubro - Assentamento Santa Rita de Cassia II, Município de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, Brasil.
Movimento Indígena Potigatapuia – Município de Monsenhor Tabosa, Ceará, Brasil

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Departamento de Emergências em Saúde Pública
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Departamento de Ações Estratégicas em Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente

Este Guia é um produto técnico da pesquisa “Vigilância Popular em Saúde como estratégia para potencializar as ações dos sistemas de saúde frente às emergências de saúde pública associadas às mudanças climáticas”, apoiado e desenvolvido pela Fiocruz Ceará - Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes e pela Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fiocruz. O estudo também contou com a parceria da pesquisa “Identidades, memórias e práticas de cuidados em saúde: convivências ancestrais e os desafios atuais na defesa do direito à saúde e à vida em territórios indígenas no sertão do Ceará” liderada pelo SERPOVOS.

Este trabalho recebeu apoio técnico e financiamento da Alliance for Health Policy and Systems Research (Aliança para Pesquisa em Políticas e Sistemas de Saúde) e do Programa de Emergências de Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS). A Aliança viabiliza suas atividades graças ao compromisso e ao apoio de diversos financiadores, entre os quais se destacam o apoio contínuo da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida) e da Agência Norueguesa para Cooperação ao Desenvolvimento (Norad), além de recursos destinados a projetos específicos alinhados às suas prioridades atuais.

A lista completa de financiadores da Aliança está disponível em: ahpsr.who.int/about-us/funders.

Os financiadores não tiveram qualquer participação no desenho do estudo, na coleta e análise dos dados, na decisão de publicar os resultados ou na preparação do manuscrito.



Autoras e autores: participantes das oficinas nacionais e territoriais da pesquisa

Aderita Sena * Consultora da Organização Mundial da Saúde (OMS)
Agnes Soares da Silva * Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Ailton César dos Santos Vieira * Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Alessandro Romano * Departamento de Emergências de Saúde Pública, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Alexandre Pessoa Dias * Fundação Oswaldo Cruz - Escola Politécnica Joaquim Venâncio
Ana Caroline Mendes Barbosa * Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Ana Cláudia de Araújo Teixeira * Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Ana Claudia Sanches Baptista * Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Andreza Silva dos Santos * Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Antônio Lima Neto * Secretário Executivo de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Ceará (SES-CE)
Camila Cunha Maia Nogueira Nunes * Departamento de Emergências em Saúde Pública, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Camila Pontes de Albuquerque * Fundação Oswaldo Cruz
Carlos Corvalan * Consultor da OMS e Professor Adjunto da Escola de Saúde Publica de Universidade de Sydney, Austrália
Christovam de Castro Barcellos Neto * Fundação Oswaldo Cruz - Coordenação do Observatório de Clima e Saúde
Daniel Audibert * Assentado, agricultor ecológico em Eldorado do Sul-RS
Edenilo Baltazar Barreira Filho * Diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Edson Oliveira * Articulação Nacional e Educação Popular em Saúde (ANEPS)
Felipe Bagatoli Silveira Arjona * Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica Joaquim Venâncio (Fiocruz)
Felipe Raposo Avelino da Silva * Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Fernanda Savicki de Almeida * Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Fernando Ferreira Carneiro * Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará, Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes
Francisco Marto Leal Pinheiro Junior * Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Gabriela Porto Marques * Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Graciela Inés Stornini de Almeida * Assentada, agricultora ecológica, Assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita-RS e pesquisadora popular na Fiocruz Ceará

Guilherme Franco Neto ⋆ Fundação Oswaldo Cruz, Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde
Guilherme Loureiro Werneck ⋆ Diretor do Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Herbert Tadeu Pereira de Matos Junior ⋆ Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
João Diego da Luz Melo ⋆ Potiguara, Aldeia Mundo Novo, Monsenhor Tabosa-CE
José Carlos de Almeida ⋆ Assentado, agricultor ecológico, professor, Assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita-RS
Leo Heller ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Minas Gerais
Marcelo Firpo de Sousa Porto ⋆ Núcleo de Estudos de Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública (NEEPES/ENSP)
Maria da Paz Andrade Monteiro ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Maria das Graças Viana Bezerra ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Maria Rocineide Ferreira da Silva ⋆ Coordenadora Geral de Educação Popular em Saúde, Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
Maria Silva Sampaio ⋆ Potiguara, Aldeia Jacinto, Monsenhor Tabosa-CE
Maria Teresa Queiros dos Santos ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Marina Tarnowski Fasanello ⋆ Núcleo de Estudos de Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública (NEEPES/ENSP)
Marla Khun ⋆ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e GT de Saúde e Ambiente da Abrasco
Messias Tavares Caritas Campo ⋆ Cáritas
Michelle Meneses ⋆ ANEPS e Secretaria Municipal de Saúde de Rio Grande-RS
Paulo Gadelha ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Coordenador da Estratégia 2030 Fiocruz
Rafael dos Reis Bastos ⋆ Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Ricardo Wagner ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Simone Armond Serrão ⋆ Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Soraya Vanini Tupinambá ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Tânia Maria Peixoto Fonseca ⋆ Coordenadora Geral de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência - Fiocruz
Teresinha Pereira da Silva (Teka Potiguara) ⋆ Movimento Potigatapuia, pesquisadora popular na Aldeia Mundo Novo, Monsenhor Tabosa-CE
Vanira Matos Pessoa ⋆ SERPOVOS, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Vera Lucia Azevedo Dantas ⋆ Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará e ANEPS

Colaboradores e colaboradoras

Adrielle de Sousa Rodrigues * Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Alessandra Sousa Campos * Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fiocruz
Amanda Brito de Freitas * Técnica da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul
Ana Carolina Iyo Narumi * Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratório de Referência da Presidência da Fiocruz
André Reynaldo Santos Perisse * Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)
Andreia de Sousa Prado * Professora Movimento Tabajara Serra das Matas, de Monsenhor Tabosa-CE
Andreia Margarete Foccezatto * Vereadora, agente de saúde, assentada de Nova Santa Rita-RS
Angélica Kerber * Diretora da Escola Municipal de Educação e Ensino Fundamental - EMEF " Álvaro Almeida" do Assentamento Santa Rita de Cássia II
Antônia Arlene de Sousa * Potiguara, Aldeia Queimadas, Monsenhor Tabosa-CE
Antônia Lima Moura Oliveira * Potiguara, Monsenhor Tabosa-CE
Antonio Bezerra Mendes * Aldeia Lagoa das Matas, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Antônio do Nascimento * Agricultor, Potiguara, Monsenhor Tabosa-CE
Antônio L. Philomena * Professor, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Antônio Luz do Nascimento * Potiguara, Monsenhor Tabosa-CE
Antônio Pereira Albino * Agricultor, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Antônio Ronaldo * Potiguara, Aldeia Mundo Novo, Monsenhor Tabosa-CE
Armando Cypriano * Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Brayan Freitas * Secretário Municipal de Saúde de Nova Santa Rita-RS

Carla Freire Celedonio Fernandes * Coordenadora da Fiocruz Ceará
Carolina Colorio Reck * Amigas da Terra Brasil-RS
Carol Nurami * Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fiocruz
Cecile Follet * Assentada, agricultora ecológica, Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), MST-RS
Clarisse da Cruz * Assentada, agricultora ecológica, Nova Santa Rita-RS
Cleusa Oliveira * Assentada, Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), MST-RS
Conceição Vidal * Amigas da Terra Brasil-RS
Daniel Coradi * Departamento de Emergências em Saúde Pública, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Edite Sampaio de Sousa * Potiguara, Monsenhor Tabosa-CE
Eduardo Raguse * Amigas da Terra Brasil-RS
Emerson Giacomelli * Assentado, Vereador Nova Santa Rita -RS
Ernane Dantas Novaes * Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fiocruz
Expedito Nascimento * Agricultor, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Fernando Campos Costa * Amigas da Terra Brasil-RS
Francisca Nascimento * Cacique Movimento Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Francisca S. Barbosa * Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Francisca Silva Ambrósio * Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Francisco Araújo Costa * Tabajara, Aldeia Grota Verde, Tamboril-CE
Francisco Lima da Silva * AISAN, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Gilsa Arruda de Lima * Assentada, agricultora ecológica, Nova Santa Rita-RS
Gizele Soares Martins Porto * Doutoranda indígena, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Hermano Castro * Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)
Hilton Pereira da Silva * Universidade de Brasília (UnB)
Irma Ostroski * Assentada, agricultora ecológica, Nova Santa Rita-RS
Jaciara Xavier Sousa * Tabajara, Aldeia Grota Verde, Tamboril-CE
Jamilly Silva do Nascimento * Professora Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
João A. Nunes * Universidade de Coimbra, Portugal
José Carlos Veloso * Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde, Secretaria de Vigilância em

Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Juliana Barbosa de Melo ⋆ Potigatapuia, Monselhor Tabosa-CE
José Lucas Pinho da Fonseca ⋆ VIGIDESASTRES no Departamento de Emergência em Saúde Pública do Ministério da Saúde
Juraci Lima ⋆ Assentada, agricultora ecológica, Nova Santa Rita-RS
Kinberlyn Pereira Rodrigues ⋆ Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES-RS)
Loia Oliveira Mattos ⋆ Assentada, agricultora ecológica, Nova Santa Rita-RS
Lizaldo Andrade ⋆ Fundação Oswaldo Cruz **-** Fiocruz Ceará
Lucilene Sousa da Silva ⋆ Agente Indígena de Saúde (AIS), Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Luís Antônio Alvarado Cabrera ⋆ Departamento de Emergências de Saúde Pública, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Luisa Nascimento de Melo (Luisa Canuto) ⋆ Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Maí Yandara ⋆ Amigas da Terra Brasil-RS
Mairim Severo de Souza ⋆ Assentada, Nova Santa Rita-RS
Mara Rosane P. Druzian ⋆ Assentada, Agente de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Nova Santa Rita-RS
Marcelo Nascimento da Costa ⋆ AISAN, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Maria de Sousa ⋆ Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Maria Laisse de Souza Freitas ⋆ Estudante, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Maria Lira de Souza Araujo ⋆ Liderança Indígena Tabajara, Quiterianópolis-CE
Maria Lucia da Silva ⋆ Agente Indígenas de Saíde (AIS), Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Maria Marli Correia do Nascimento ⋆ Potiguara, Aldeia Mundo Novo, Monsenhor Tabosa-CE
Maria Vitória de Sousa Nascimento ⋆ Professora, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Muriel Matos do Nascimento Silva ⋆ Departamento de Emergências em Saúde Pública, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
Nara M. F. Diogo Rocha ⋆ Universidade Federal do Ceará (UFCE)
Natália Bristat Mingon ⋆ Amigas da Terra Brasil-RS
Patrícia Alves da Silva ⋆ Mundo Novo, Monsenhor Tabosa-CE
Rafaela Oliveira da Vitória ⋆ Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul
Raquel Rodrigues da Silva ⋆ Potiguara, Monsenhor Tabosa-CE
Regiane Rezende ⋆ Organização Panamericana da Saúde (OPAS) no Brasil

Rejane Angélica * Estudante, assentado, Nova Santa Rita-RS
Renan Andrade Nascimento * Professor, Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Renata da Costa * Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Renata Gracie * Observatório do Clima e Saúde - Fundação Oswaldo Cruz
Renner da Silva Nascimento * Tabajara, Monsenhor Tabosa-CE
Rochelia de Sousa Vieira * Potiguara, Monsenhor Tabosa-CE
Rodrigo Souza Leite * Coordenação-Geral de Participação e Articulação com os Movimentos Sociais, Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
Sandra N. Rodrigues * Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP), MST-RS
Saulo Diógenes * Universidade Federal do Ceará (UFCE), TRAMAS
Sebastião Ferreira da Silva * Tabajara, diretor de escola, Monsenhor Tabosa-CE
Simone Santos Oliveira * Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)
Tainá dos Santos * Bio-Saúde-Terapeuta, assentada, Nova Santa Rita-RS
Tatiana Engel * Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Terezinha Ivone de Moraes * Assentada, agricultora ecológica, Nova Santa Rita-RS
Tiago Trilha * Secretaria Municipal de Saúde de Nova Santa Rita-RS
Thalyson Vieira de Sousa * Potiguara, Monsenhor Tabosa-CE
Thayná de Lima Sousa Henrique * Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
Valcler Rangel * Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz
Valdir O. Mattos * Setor de Saúde do MST, Assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita-RS
Wanderson Brito * Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

Sumário

SEÇÃO INTRODUTÓRIA

Apresentação 20

Prefácio do Ministro da Saúde Alexandre Padilha 24

Prefácio do Presidente da Fiocruz Mario Moreira 29

Prefácio popular de Graciela Inés Stornini de Almeida 36

Prefácio popular de Teresinha Pereira da Silva (Teka Potiguara) 39

1 Objetivos 42

2 Sentidos do Guia e a quem se destina 46

3 Bases conceituais para a Vigilância Popular em Saúde (VPS) no enfrentamento às emergências climáticas e no fortalecimento dos sistemas de saúde 50

4 Vigilância Popular em Saúde: concepções 58

5 Vigilância popular e participação social na vigilância em saúde 62

6 Atributos da Vigilância Popular em Saúde 68

7 Métodos e técnicas para a construção da VPS frente às emergências climáticas 74

8 Pesquisadora popular e intercâmbio de experiências 82

9 Casos emblemáticos – Histórias que inspiram: a força do povo cuidando da vida e do clima 86

9.1 Estudo de caso: A memória que ensina a viver no Semiárido: Movimento Potigatapuia – Terra Indígena Serra das Matas, Aldeia Mundo Novo, Monsenhor Tabosa, Ceará, Brasil 88

9.2 Estudo de caso: A terra que renasce da água: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, Brasil 106

10 Estratégias para fortalecimento das ações comunitárias e dos serviços de saúde 128

11 Recomendações para o fortalecimento da saúde popular em contextos de emergências climáticas 134

12 Sujeitos coletivos e colaboradores 146

SEÇÃO FINAL

Apoio 152

Agradecimentos 154

Posfácio de Mariângela Batista Galvão Simão 158

Posfácio de Adriano Massuda e André Luís Bonifácio de Carvalho 162

Referências bibliográficas e recomendações de leitura 166





Aprender com os pássaros em suas migrações
Mostrando-nos que às vezes é necessário sair para poder ficar
E que em bandos organizados podemos produzir superações
Inéditos viáveis para as emergências climáticas enfrentar







Apresentação

O *Guia de Vigilância Popular em Saúde e Emergências Climáticas* nasce como um chamado para transformar realidades. A publicação articula saberes ancestrais, experiências territoriais, práticas comunitárias e conhecimentos científicos para a defesa da vida e a potencialização das ações dos sistemas de saúde frente às secas, enchentes e outros eventos intensificados pela crise climática.

Mais do que um manual, o Guia é um instrumento político-pedagógico que valoriza o protagonismo das comunidades, a diversidade de saberes e o diálogo entre povos, movimentos sociais, academia e sistemas públicos de saúde.

O Guia evidencia como esses sujeitos constroem a Vigilância Popular em Saúde como estratégia para enfrentar as emergências climáticas, integrando saberes populares e científicos. Ele apresenta conceitos essenciais — como justiça climática, bem viver, determinação social da saúde, educação popular e ecologia de saberes — e os conecta às experiências e ao cotidiano dos territórios.

Apresenta métodos participativos práticos, como mapeamentos, círculos de cultura, pesquisa-ação, oficinas e vivências territoriais, que fortalecem o protagonismo comunitário. Analisa dois casos emblemáticos — o Movimento Indígena Potigatapuia, no semiárido cearense, e o Assentamento Santa Rita de Cássia II, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul — que demonstram como a vigilância popular pode proteger a vida, o território e a cultura. As narrativas revelam trajetórias marcadas por indicadores de ameaça e de promoção da vida, inéditos viáveis

e redes de solidariedade. São histórias que alimentam o leitor com exemplos de transformação territorial.

O conteúdo foi estruturado para proporcionar uma leitura fluida e inspiradora, combinando poesia, narrativas territoriais, conceitos-chave, ferramentas metodológicas, ilustrações, fotografias e recomendações para a ação. Cada seção evidencia elementos essenciais para compreender e aplicar a Vigilância Popular em Saúde (VPS) nos territórios.

O Guia valoriza os sujeitos coletivos que o tornaram possível: pesquisadores populares, povos indígenas, assentados, profissionais do SUS, instituições e movimentos sociais. Sua leitura reafirma o caráter coletivo, intercultural e democrático do processo de construção do conhecimento. Ao final, um conjunto robusto de referências acadêmicas e comunitárias oferece subsídios teórico e metodológico para quem deseja seguir pesquisando e atuando nessa temática.

Frente a um clima cada vez mais inóspito, torna-se imprescindível, no voo rumo à sustentabilidade, enfrentar os limites de um desenvolvimento desenfreado. É preciso, também, cultivar a coragem instintiva de questionar paradigmas e transformar, com urgência, o futuro do planeta por meio de ações concretas em defesa da vida. Trata-se de abrir novos horizontes para a construção de um projeto civilizatório regenerativo e democrático.





Questionar o progresso a qualquer custo representa uma subversão consciente que nos permite deslocar prioridades e transformar a crise em processos emancipatórios e solidários frente ao colapso ecológico.

Mudar nossa rota climática é o voo da nossa geração.

Que as asas da Vigilância Popular em Saúde nos proporcionem novos voos para o enfrentamento das emergências climáticas no Brasil e pelo mundo.

Organizadores

PREFÁCIO

Um chamado para a ação

ALEXANDRE PADILHA
Ministro da Saúde

A crise climática já não é uma ameaça futura – é uma realidade que pressiona diariamente os sistemas de saúde em todo o mundo. Seus efeitos são concretos e crescentes: ondas de calor mais intensas, eventos extremos mais frequentes, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais forçados e a ampliação do risco de novas epidemias e pandemias. Sistemas de saúde, já tensionados por instabilidades econômicas e políticas, enfrentam uma sobrecarga adicional que compromete sua capacidade de resposta.

Esse cenário configura o que venho caracterizando como uma verdadeira "tempestade perfeita" para a saúde global, na qual fatores ambientais, sociais e econômicos atuam simultaneamente para ampliar riscos e aprofundar desigualdades. Em artigo recente, destaquei que os efeitos da mudança climática já figuram entre as maiores ameaças à saúde pública no século XXI, pressionando sistemas de saúde e colocando em risco vidas e meios de subsistência[1].

Não agir diante desse quadro não é uma opção. Trata-se de uma responsabilidade legal, moral e econômica dos Estados. Os custos da inação – já visíveis em vidas perdidas, agravamento de doenças e perdas econômicas – superam, de forma significativa, os investimentos necessários para a construção de sistemas de saúde resilientes. A questão que se impõe não é mais "o que fazer", mas "com que rapidez seremos capazes de agir".

Ao mesmo tempo, experiências internacionais demonstram que agir produz resultados imediatos: investimentos em energia limpa e em políticas integradas de clima e saúde reduzem a poluição do

ar, diminuem a incidência de doenças respiratórias e aliviam a pressão sobre os sistemas de saúde. Nesse contexto, o Brasil tem assumido papel ativo na agenda global, com destaque para o Plano de Ação de Belém para a Saúde, que estabelece diretrizes concretas para fortalecer a adaptação dos sistemas de saúde às mudanças climáticas, com base em evidências, cooperação internacional e proteção das populações mais vulneráveis.

No plano nacional, essa agenda se traduz em ações estruturantes. O Ministério da Saúde está implementando o AdaptaSUS, com investimentos da ordem de R$ 9,8 bilhões, voltado ao fortalecimento da capacidade de resposta do SUS frente aos impactos da mudança do clima. A iniciativa prevê a criação de Centros de Monitoramento de Saúde e Clima em todas as regiões do país, ampliando a capacidade de antecipação e resposta a eventos extremos, além de investimentos na estruturação de unidades de saúde em territórios mais vulneráveis, onde os efeitos da crise climática já se fazem mais presentes.

No Brasil, esses desafios se expressam em um território marcado por desigualdades históricas, o que torna ainda mais urgente uma resposta estruturada, rápida e sustentada. Em artigo publicado na revista *The Lancet*, destaquei que a construção de um sistema universal de saúde exige presença ativa nos territórios e compromisso contínuo com a redução das desigualdades[2]. É nessa direção que se insere o desafio contemporâneo de adaptação climática.

Essa transformação, no entanto, não se sustenta apenas por decisões institucionais ou avanços técnicos. Em um país diverso e desigual como o Brasil, ela depende,

necessariamente, da participação ativa da sociedade e da mobilização nos territórios. É nesse contexto que a vigilância popular em saúde e clima se afirma como instrumento estratégico para qualificar a capacidade de resposta do SUS, ao incorporar ao centro das políticas públicas o olhar, a experiência e o conhecimento das populações diretamente afetadas pelas mudanças climáticas.

Os dados já demonstram que os impactos não são distribuídos de forma homogênea. São as populações amazônicas, as do semiárido nordestino, as comunidades impactadas pela expansão agrícola em diferentes regiões – especialmente no Sul, Centro-Oeste e Norte – e aquelas que vivem em áreas de risco nas grandes cidades, as mais expostas aos efeitos da crise climática. Ignorar essa realidade compromete a efetividade de qualquer estratégia de adaptação.

Fortalecer a vigilância popular significa reconhecer esses sujeitos como protagonistas e construir respostas que não apenas cheguem aos territórios, mas que sejam formuladas a partir deles. Trata-se de uma adaptação do sistema de saúde orientada também pela escuta, pela participação e pelo conhecimento produzido nas comunidades – consolidando um SUS cada vez mais próximo da população brasileira e alinhado às realidades concretas do país. Um AdaptaSUS que se constrói com o povo e para o povo.

Este Guia, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz, integra esse esforço coletivo. Ao sistematizar práticas, conceitos e caminhos para a vigilância popular em saúde e clima, oferece instrumentos concretos para fortalecer a atuação nos territórios e ampliar a capacidade de resposta do SUS diante dos desafios impostos pela mudança do clima.

Mais do que um guia técnico, trata-se de um chamado à ação. A construção de sistemas de saúde resilientes exige articulação entre ciência, políticas públicas e participação social. É assim que avançaremos – com o SUS cada vez mais forte, mais próximo e preparado para proteger as atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

PADILHA, Alexandre; GHEBREYESUS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. Mudança climática é ameaça à saúde pública. O Globo, 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/google/amp/opiniao/artigos/coluna/2026/01/mudanca-climatica-e-ameaca-a-saude-publica.ghtml

PADILHA, Alexandre; MASSUDA, Adriano Massuda. Trinta e cinco anos do SUS. Artigo originalmente publicado na revista *The Lancet* e posteriormente adaptado para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2023. Disponível em: https://diplomatique.org.br/trinta-e-cinco-anos-do-sus/

PREFÁCIO

Vigilância Popular: o encontro entre território e política pública

MARIO MOREIRA
Presidente da Fiocruz

A crise climática recoloca, com urgência inédita, a pergunta que orienta a Fundação Oswaldo Cruz: como proteger e promover a vida onde ela acontece – nos territórios. Este Guia de Vigilância Popular em Saúde para Emergências Climáticas nasce desse chamado. Ele sistematiza experiências, metodologias e aprendizados que aproximam ciência e sociedade, unindo a capacidade técnica do SUS à inteligência coletiva de povos, comunidades e movimentos sociais. Ao fazê-lo, reafirma um princípio basilar da Fiocruz: não há resposta sanitária robusta sem participação social qualificada, diálogo de saberes e enraizamento territorial. Saúde é Democracia, como bem destacou a histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que deu as bases para o SUS e o capítulo da Saúde como direito de todos e dever do Estado de nossa Constituição.
Vivemos um momento histórico decisivo. A confluência entre a crise climática global e os desafios estruturais da saúde pública no Brasil impõe uma reflexão profunda sobre como organizamos nossa proteção social, nossa ciência e nossa capacidade de resposta coletiva. Não se trata apenas de adaptar sistemas técnicos, mas de reinventar a relação entre o Estado, a sociedade e o território. É neste contexto de urgência e esperança que apresentamos este Guia de Vigilância Popular em Saúde e Emergência Climática, uma obra que chega para somar luzes aos caminhos que a Fiocruz e o SUS têm trilhado na defesa intransigente da vida.

As páginas deste material nos desafiam a compreender a vigilância em saúde não estrita a um mero monitoramento de dados epidemiológicos frios. Ela deve ser, antes de tudo, um ato político de cuidado. Os sete pontos centrais aqui elencados – da diversidade de povos e de alianças à produção de liberdade, do

cuidar das vidas ao vigiar sem punir, do pensar as políticas para gerar governança ao chegar antes para juntos construir – ressoam com a missão institucional. Este prefácio busca não apenas apresentar a obra, mas tecer as conexões vitais entre as propostas do Guia e a arquitetura institucional que temos construído em articulação com o Ministério da Saúde e as bases sociais que sustentam o SUS.

O primeiro pilar destacado neste Guia, a diversidade de povos e de alianças, é um espelho da própria identidade da Fiocruz, instituição nacional, capilarizada, que reconhece que o Brasil não é uno, mas múltiplo. A emergência climática afeta de maneiras distintas populações urbanas periféricas, comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas. Ignorar essa diversidade é falhar na proteção da saúde.

Nesse sentido, a atuação do Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes, SERPOVOS, Coordenação de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz Ceará e da Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência da Fiocruz, exemplifica como a instituição busca enraizar suas ações nas especificidades locais. O semiárido, a zona costeira e as metrópoles do Nordeste enfrentam riscos climáticos particulares, desde a seca extrema até inundações urbanas. O Guia nos lembra que a vigilância popular nasce desse chão. Não há vigilância efetiva sem a participação ativa daqueles que habitam o território.

As alianças mencionadas no texto ultrapassam modelos operacionais de parcerias; são pactos éticos, diálogos com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, propondo que a vigilância seja construída com o povo, e não apenas

para o povo. Os casos emblemáticos do Movimento Potigatapuia, no Ceará, e do Assentamento Santa Rita de Cássia II, do MST no Rio Grande do Sul, demonstram na prática como a diversidade de saberes – ancestrais, tradicionais, populares e científicos – pode gerar respostas mais integrais e culturalmente sensíveis às emergências climáticas. A casa de cura indígena, a estação meteorológica comunitária, os quintais produtivos e medicinais (agroflorestais) e as cozinhas solidárias são expressões concretas de uma vigilância que cuida, que protege, que liberta.

O escopo e o modo de fazer deste Guia dialogam diretamente com os grandes eixos de ação da Fiocruz. O sistema Fiocruz de ciência, tecnologia em saúde, oferece tecnologias, procedimentos e ferramentas capazes de fortalecer a vigilância e a resposta às emergências; em educação e formação, oferece uma pedagogia da participação – pesquisa-ação, círculos de cultura, mapeamento participativo – que instrumentaliza trabalhadores do SUS e lideranças populares; na informação e comunicação, estimula ecossistemas de transparência ancorados na realidade dos territórios; e, no eixo saúde, ambiente e sustentabilidade, operacionaliza um marco que integra justiça climática, determinação social da saúde e Bem Viver.

O texto é preciso ao sugerir que a governança em saúde deve ser democrática. Para gerar governança, é preciso descentralizar o poder decisório. A vigilância popular emerge como um mecanismo de controle social qualificado, onde a comunidade não é apenas objeto de notificação, mas sujeito ativo na identificação de riscos e na proposição de soluções. Isso reforça os conselhos de saúde e as conferências como espaços vivos de construção política.

O SUS é um dos horizontes de sentido dessa obra. As experiências apresentadas mostram que a Vigilância Popular em Saúde fortalece a vigilância institucional, qualifica a Atenção Primária, amplia a capacidade de prevenção e resposta às emergências climáticas, produz indicadores territoriais e convoca a gestão a incorporar evidências comunitárias nos processos decisórios. Ao combinar protocolos simples com tecnologias sociais e redes de solidariedade, o Guia ajuda a transformar risco em prevenção, dado em cuidado, denúncia em política pública. Essa é, em essência, a missão da Fiocruz no SUS: produzir ciência comprometida com a equidade, com a qualidade do cuidado e com a defesa do direito à saúde.

Este Guia nos traz algo para nossa reflexão: a ideia de produzir liberdade através da saúde. Historicamente, ações de vigilância e controle sanitário foram, em diversos momentos, utilizadas como instrumentos de segregação ou estigmatização de territórios e corpos. A proposta de vigiar sem punir é um resgate do sentido original da saúde pública: proteger para libertar. Liberar as comunidades do medo da doença, da insegurança ambiental e da vulnerabilidade social.

A liberdade também passa pela autonomia das comunidades para gerirem seus próprios riscos. A vigilância popular empodera os agentes comunitários de saúde, os líderes locais e as organizações de base para que identifiquem sinais de alerta e acionem as redes de proteção antes que a crise se instale.

Finalmente, o mote “chegar antes para juntos construir” sintetiza a estratégia de prevenção e prontidão que a Fiocruz tem adotado frente à emergência climática.

Chegar antes significa investir em saneamento básico antes da enchente, significa fortalecer a atenção primária antes da epidemia, significa garantir soberania alimentar antes da seca. É uma mudança de paradigma do "gerenciamento de crises" para a "construção de resiliência". E essa construção só é possível "juntos".

No plano internacional, o Guia fala a uma agenda que é também nossa: saúde global com justiça climática, cooperação técnica entre países, defesa do multilateralismo e intercâmbio Sul-Sul. O apoio da *Alliance for Health Policy and Systems Research* (OMS) para a pesquisa que gerou este produto técnico é um bom exemplo dessa potencialidade. As metodologias aqui descritas são transferíveis, de baixo custo e alta potência democrática. Elas contribuem para redes internacionais de clima e saúde, para estratégias de preparação e resposta a emergências e para agendas convergentes como as dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – sempre a partir do protagonismo das populações e do respeito às epistemologias locais. Ao disseminar esse repertório, a Fiocruz cumpre seu papel histórico de instituição de Estado que coopera, aprende e ensina com o mundo, sem perder o chão do território brasileiro.

O Ministério da Saúde, na sua função coordenadora do SUS, encontra na Fiocruz um braço estratégico para implementar essas ações. A integração entre a vigilância em saúde tradicional e a vigilância popular permite uma sensibilidade aumentada para detectar sinais fracos de perturbação ambiental e sanitária. Isso está em plena sintonia com as falas e posicionamentos da presidência da Fiocruz, que tem defendido que a saúde humana, animal e ambiental são indissociáveis.

As recomendações finais do Guia – fortalecer a organização de base e a coesão social, reconhecer os territórios a partir de suas epistemologias próprias, contextualizar a ação, cultivar o diálogo de saberes, apropriar-se de tecnologias como ferramenta de autonomia, construir estratégias coletivas, construir planos de emergência comunitários, promover visões integrais e interculturais de saúde e cuidado, descentralizar o cuidado e a vigilância em saúde, atuar sobre a determinação social da doença e fomentar sistemas alimentares soberanos e sustentáveis, entre outras orientações – constituem um roteiro para a ação transformadora. São diretrizes que, se incorporadas às políticas públicas, podem efetivamente fortalecer o SUS e promover justiça climática.

Este livro/guia não é um ponto de chegada, mas um instrumento de trabalho. Ele chega às mãos de gestores, trabalhadores do SUS, pesquisadores e ativistas sociais como um convite à ação coordenada.

Ao leitor e à leitora, este prefácio é um convite: leiam o Guia como quem procura ferramentas e, também, alianças. Ele não é um trilho único, mas um mapa vivo para que cada território desenhe seus próprios inéditos viáveis – aqueles passos possíveis que, somados, mudam a direção do futuro.

A Fiocruz seguirá presente, com ciência pública, educação crítica, cooperação solidária, inovações e compromisso com o SUS, para que a defesa da vida seja o princípio organizador das nossas escolhas coletivas.

Boa leitura e bom trabalho a todos e todas!

PREFÁCIO POPULAR

Vozes da terra, onde a vida insiste em florescer

GRACIELA INÉS STORNINI DE ALMEIDA

Agricultora ecológica, assentada da Reforma Agrária e Pesquisadora Popular da Fiocruz Ceará

Fazer parte da construção coletiva do 2º Guia de Vigilância Popular em Saúde, agora voltado para Emergências Climáticas, depois de mais de um ano de trabalho, além de ser um grande desafio, tem sido esperançador. Porque foi escrito a muitas mãos, corações, povos e visões... uma experiência única, cheia de aprendizados, troca de saberes e olhares que se encontram e que são da cor da terra, das florestas, das águas e do céu.

E esses encontros fizeram parte das convergências de territórios, pesquisadores/ass, organismos internacionais, gestores públicos, academia e pesquisadoras populares, que se encontraram (nos encontramos) para refletir e debater como fortalecer os sistemas de saúde frente às emergências climáticas, mas, sobretudo, as nossas comunidades diante das consequências de uma crise climática nunca antes vista, que atinge diretamente vastos territórios no mundo. Essas mudanças têm afetado diretamente territórios pela estiagem extrema, talvez naturalizada no Nordeste brasileiro, mas que vem se acentuando a cada ano, e na Região Sul do país, na região metropolitana de Porto Alegre, que foi e continuará sendo cenário de enchentes, em especial as que ocorreram no final de 2023 e a grande enchente de maio de 2024.

Fazermos parte destes territórios, como territórios do Sul Global, nos coloca em diferentes dimensões do debate. Primeiramente, porque somos cientes de que as populações majoritariamente atingidas por estas catástrofes ou emergências climáticas somos nós. E isso nos leva a uma segunda reflexão sobre o racismo ambiental, que nos atravessa até a medula, já que aprofunda

desigualdades históricas e sociais. O que significa que as emergências climáticas afetam nosso cotidiano de uma maneira diferente, precisamente porque os maiores atingidos somos os que mais sofrem as consequências desse sistema: as pessoas pobres do campo, das periferias, guardiões das florestas, das águas, ecologistas, quilombolas, povos ancestrais e indígenas.

Por essa razão, faz-se imprescindível não só pensarmos em políticas públicas que tenham como prioridade transformar essas desigualdades em uma maior equidade para e nos territórios, senão também pensarmos sobre o significado da Vigilância Popular em Saúde, em que o protagonismo é popular, das comunidades que pautamos as nossas demandas e lutamos por direitos e por justiça social e ambiental. Ressaltando que é possível e necessário criar processos de governança local e global que priorizem a participação popular, a democratização de políticas públicas, reconhecendo a importância da auto-organização nos territórios, que fortaleçam as redes de solidariedade, sustentabilidade, soberania e seguridade.

Justamente o que apreendemos vivenciando a Educação Popular, com os pés na terra e na práxis cotidiana de refletir, de fazer, de construir desde e com nossos territórios. A importância de atuar como pesquisadoras populares, de articularmos com a academia, para pensarmos juntas/os sobre a mediação de conhecimentos, a construção desde os saberes populares e a partilha de metodologias e ferramentas que nos possibilitem pensar em transformar as nossas realidades e nos permitam construir, nos territórios, alternativas viáveis, sustentáveis, agroecológicas e transformadoras, na busca do bem viver e na defesa da vida.

PREFÁCIO POPULAR

A Vigilância Popular e o Bem Viver

TERESINHA PEREIRA DA SILVA (TEKA POTIGUARA)

Diretora escolar, Liderança do Movimento Indígena Potigatapuia e Pesquisadora Popular da Fiocruz Ceará

Nós, povos indígenas, independentemente da etnia, reconhecemos duas formas de viver: o bem viver e o viver bem. Essas duas formas de viver existem no mundo e possuem significados diferentes.

O viver bem está relacionado às condições materiais, como se alimentar bem, com comidas de qualidade, de preferência sem agrotóxicos, e também ter dinheiro para suprir as necessidades do dia a dia.

Já o bem viver está ligado aos relacionamentos e à convivência. É cultivar um bom relacionamento com os seres humanos, com a família e com a comunidade, sentindo que se está colaborando para sustentar o futuro do seu povo com igualdade. A pessoa que pratica o bem viver é aquela que contribui com a coletividade. Ao final do dia, ao deitar a cabeça no travesseiro, sente que ajudou, de alguma forma, os outros, seja nas relações com as pessoas, com os animais ou com a natureza. Isso é o verdadeiro significado de bem viver.

A ancestralidade indígena está diretamente ligada aos antepassados, à terra e à cultura transmitida de geração em geração. Esses conhecimentos foram deixados por nossos ancestrais, que viviam da natureza de forma respeitosa, garantindo que ela permanecesse preservada e cuidada. Ela se manifesta nos saberes, nas tradições, na língua, nas danças e no profundo respeito pela natureza.

Valorizar a ancestralidade indígena é reconhecer a importância dos povos originários na construção da nossa história e manter viva a identidade, a memória e os ensinamentos deixados pelos mais velhos. Também significa não permitir que

nossa cultura, nossos costumes, nossas tradições e nossa espiritualidade sejam esquecidos. É essencial valorizar cada ensinamento, como os rituais sagrados, batizados, casamentos e momentos de espiritualidade.

É preciso respeitar e valorizar, além disso, os pajés e caciques dentro de cada aldeia, que são responsáveis por orientar e cuidar da nossa Mãe Terra, que tem sofrido com a emergência climática. É da natureza que vem o nosso sustento, pois dela recebemos dois elementos essenciais para a vida: o ar que respiramos e a água que sacia nossa sede. Acreditamos que o Bem Viver também pode ser resultante das ações de Vigilância Popular em Saúde. Boa leitura e, sobretudo, um bom uso deste Guia!



Objetivos

Em um movimento escutatório
Propusemos esse Guia construir
Pensando em caminhos iluminar
E com a justiça climática, socioambiental contribuir



O presente Guia tem o objetivo principal de **contribuir na defesa da vida nos territórios e no enfrentamento às emergências climáticas**, especialmente nos casos de secas e inundações. Ao mesmo tempo, procura fortalecer a atuação dos sistemas de saúde – inspirados nas experiências emblemáticas de vigilância popular dos territórios de pesquisa.



Este material também busca **promover relações mais democráticas e solidárias**, produzindo cartografias dos saberes populares, popularizando os conhecimentos, difundindo e inspirando experiências. Objetiva, ainda, contribuir para a **valorização dos modos de vida**: das populações do campo, das florestas e das águas; das populações das periferias urbanas; e dos povos originários e tradicionais que protegem a nossa biodiversidade. Reconhecendo e incluindo seus saberes e práticas associados aos saberes técnicos e científicos nas ações de saúde pública.



2

Sentidos do Guia e a quem se destina

Diversidade de povos e também de alianças
Cuidar das vidas
Pensar as políticas
Para gerar governança
Produzir liberdade
Vigiar sem punir
Chegar antes para juntos construir

Este Guia busca dar **visibilidade aos territórios, às lutas, aos problemas que afetam a vida e às formas de responder a eles** no sentido de potencializar a Vigilância Popular em Saúde frente às emergências climáticas. Sua tarefa principal é contribuir no fortalecimento do protagonismo popular na vigilância e efetivação de políticas públicas com equidade, dos direitos humanos, da natureza e dos sistemas públicos de saúde.

Busca contribuir principalmente com organizações e movimentos sociais que vivem, trabalham e lutam a partir de seus territórios – e que, assim, já fazem ou têm a **potencialidade de fazer a Vigilância Popular em Saúde**. Concomitantemente, pode servir como apoio para a atuação de gestores(as) e trabalhadores(as) dos sistemas públicos de saúde e de pesquisadores(as) nos territórios.

GUIA

(LATIM) UNIR-SE JUNTAR-SE PARA ENCONTRAR UM CAMINHO.



PRODUÇÃO do CONHECIMENTO



3 Bases conceituais para a Vigilância Popular em Saúde (VPS) no enfrentamento às emergências climáticas e no fortalecimento dos sistemas de saúde

Falamos em vigilância
Mas o que é vigiar?
É permanecer atento,
Com atenção, observar
Tudo que ameaça a vida
Para propor uma saída
Ou para denunciar

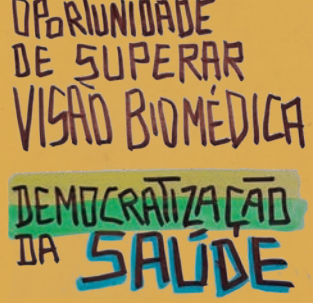


A Vigilância Popular em Saúde é um conceito emergente e ainda em construção. Frente ao problema das emergências climáticas, novas inspirações teóricas e práticas são fundamentais para atuações e respostas mais integrais e efetivas. Apresentamos de forma sintética alguns desses **conceitos-chave**, que são importantes referências para o processo de reflexão/ação.



BEM VIVER

É uma cosmovisão biocêntrica originária de povos latino-americanos que substitui a relação de dominação pela ética do cuidado e de conexão com a Terra. Propõe o enfrentamento da crise multidimensional que vivemos por meio do equilíbrio, da reciprocidade, solidariedade e da celebração da diversidade da vida, ouvindo as vozes e os saberes sistematicamente silenciados por séculos para superação da lógica colonial desenvolvimentista em direção a um projeto civilizatório regenerativo.



DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

É uma abordagem crítica e dialética do processo saúde-doença, expressa por situações que ameaçam ou promovem a vida. Essa visão extrapola a visão biomédica ao reconhecer múltiplas dimensões da vida, desde o âmbito individual ao societário. Demonstra que as desigualdades em saúde resultam de processos históricos de exclusão gerados pelo capitalismo, que se materializam nos corpos e territórios das populações vulnerabilizadas em que classe social, gênero, raça e acesso a direitos básicos se intercruzam.

ECOLOGIA DE SABERES

Epistemologia que reconhece a coexistência e o diálogo horizontal entre diferentes formas de conhecimento, como o científico e o popular. Essa perspectiva propõe que todos os conhecimentos possuem limites e incompletudes, sendo necessário diálogo intercultural para fortalecer a capacidade de transformar realidades no contexto das lutas sociais.





EDUCAÇÃO POPULAR

Abordagem pedagógica, crítico-dialógica e problematizadora que deriva do saber construído a partir do vivido por sujeitos e coletivos populares em seus desafios cotidianos. Sua perspectiva é de reflexão sobre situações de opressão com vistas à superação e à emancipação de maneira amorosa e comprometida com a luta popular.

EMANCIPAÇÃO

Constitui-se na transformação das condições materiais e simbólicas que perpetuam a subalternidade, promovendo a autonomia dos sujeitos para pensar, decidir e agir sobre suas próprias vidas. Configura-se como horizonte ético-político que orienta as lutas sociais contemporâneas em direção à construção de sociedades mais justas, democráticas e igualitárias, promovendo o desenvolvimento das potencialidades humanas, individuais e coletivas.



EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Manifestação aguda e intensificada das mudanças climáticas, caracterizada por eventos extremos que demandam respostas imediatas para proteger vidas, ecossistemas e territórios. Esses fenômenos – como secas prolongadas, enchentes devastadoras, ondas de calor extremo e tempestades severas – transcendem a dimensão ambiental, configurando-se como crises sociais, econômicas e sanitárias que afetam desproporcionalmente as populações vulnerabilizadas.



INTERSECCIONALIDADE

É uma ferramenta analítica para compreender as desigualdades contemporâneas e construir estratégias de resistência que reconheçam a complexidade das experiências humanas em sua integralidade. Ela revela como diferentes sistemas de opressão – raça, gênero, classe, sexualidade, território – se entrecruzam e se potencializam mutuamente, produzindo um elo intrincado de vulnerabilidades para grupos historicamente marginalizados, a exemplo do racismo ambiental.





JUSTIÇA CLIMÁTICA

A justiça climática reconhece que as mudanças climáticas afetam de maneira desigual a diferentes populações, como as mais pobres e vulnerabilizadas. Aqueles que menos contribuíram para a crise são os mais impactados por ela e devem ter apoio para lidar com seus efeitos. Além disso, ela busca garantir a participação de todos os grupos sociais, especialmente os mais vulnerabilizados, nas decisões sobre o clima e a transição para um futuro sustentável.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

É o ato político de intervir no mundo como sujeito histórico, com o objetivo de transformá-lo. Impulsiona a *práxis* em sua dimensão coletiva e pressupõe o exercício ativo da cidadania com o envolvimento direto dos cidadãos nos processos decisórios que afetam suas vidas e comunidades, buscando a inclusão efetiva dos diversos grupos sociais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Constitui-se como pilar fundamental da democracia, promovendo a corresponsabilidade entre Estado e sociedade na construção do bem comum e no fortalecimento da esfera pública.

SOLIDARIEDADE

Está relacionada à prática de compromisso ético com o outro, envolvendo diálogo, empatia e ação conjunta. Exige que quem se solidariza se desloque na direção do outro, promovendo libertação e consciência crítica, essenciais para a emancipação e para a transformação social. A solidariedade crítica está ligada à esperança, envolvendo a ação consciente e a utopia viável.



TERRITÓRIO

Transcende a dimensão meramente geográfica para constituir-se como espaço de vida, poder e significado. Local onde se entrelaçam relações sociais, culturais e simbólicas. O território é uma construção social dinâmica, resultado das práticas cotidianas dos grupos humanos que nele habitam, trabalham e tecem suas identidades coletivas.



4

Vigilância Popular em Saúde: concepções

Nossa compreensão de vigilância popular
Considerando que é um processo de participação social e luta coletiva
Em que o controle comunitário gera proteção, histórica reparação
Protagonismo popular e emancipação

Se a vigilância em saúde
Se une com o cuidado,
O povo é quem sai ganhando.
Esse é um bom resultado.

A **Vigilância Popular em Saúde (VPS)** pode ser definida como o protagonismo popular na defesa da vida, no qual as populações assumem o controle de todo o processo de vigilância, desde a produção e análise de dados até a implementação de ações concretas com uso de tecnologias sociais de monitoramento participativo, comunicação popular e geração de conhecimentos compartilhados, mediados pela articulação entre saberes locais, acadêmicos e serviços de saúde e pela reivindicação por direitos e políticas públicas.





A Vigilância Popular em Saúde alcançou evidência ao se consolidar como **resposta efetiva frente a alguns contextos de limitação estatal de implementação de políticas públicas adequadas**. Destacam-se como estratégias inovadoras: ferramentas digitais, utilização estratégica de redes sociais para denúncia de violações de direitos; barreiras sanitárias populares; observatórios populares e acadêmicos; comitês locais organizados por povos indígenas, quilombolas, pescadores e agricultores familiares; e painéis acadêmicos populares.

É importante destacar que a Vigilância Popular em Saúde **não busca substituir o Estado, mas exige que ele exerça a proteção social e ambiental e cumpra seu papel na garantia do direito à saúde** por meio de políticas públicas efetivas. Em muitos casos, devido a questões sensíveis que afetam os interesses dos grupos de poder, o Estado deixa de cumprir seu papel nas ações de vigilância e cuidado. Essa forma de vigilância atua como um contraponto necessário, pressionando o poder público a assumir responsabilidades e fortalecendo os sistemas de saúde em suas diferentes esferas de atuação.



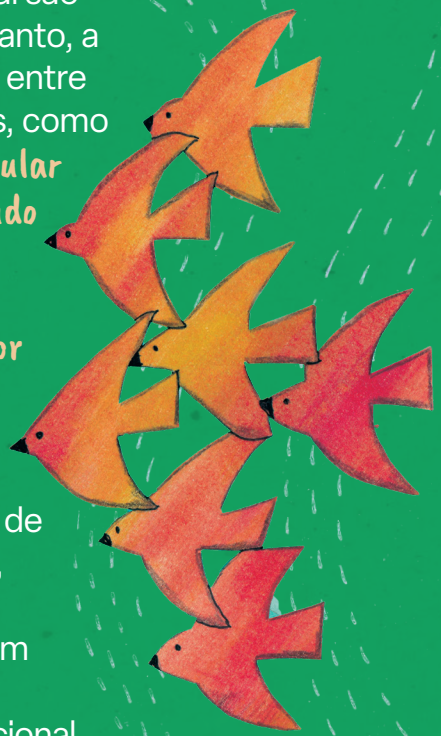
5

Vigilância popular e participação social na vigilância em saúde

Vigilância popular
Requer participação,
Protagonismo do povo
E maior interação,
Tecnologia acessível
E tudo que for possível
Pra gerar emancipação.

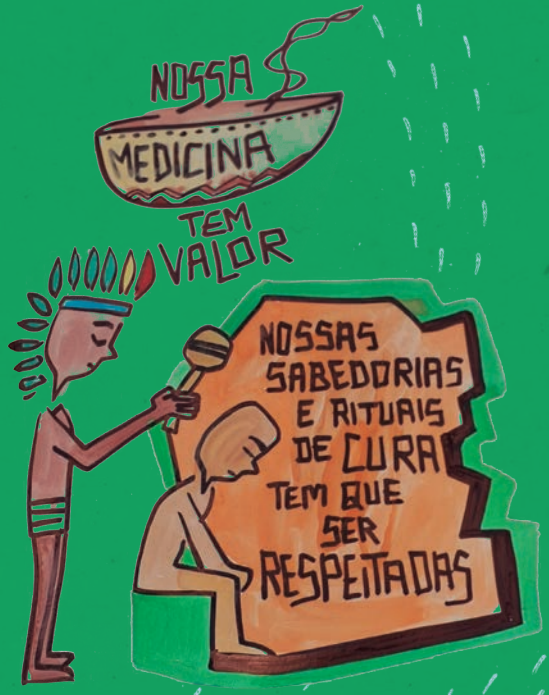
Vigilância popular
Pra muita gente é ação,
Defesa do território,
Saberes, participação,
Coexistência, unidade,
Democracia, diversidade,
Movimento, proteção.

Todas as iniciativas de vigilância que promovem participação social são fundamentais para ampliar o alcance das ações em saúde. No entanto, a experiência brasileira recente demonstra diferenças significativas entre a Vigilância Popular em Saúde e outras modalidades participativas, como a Vigilância de Base Comunitária. **O que distingue a vigilância popular é seu caráter essencialmente emancipatório, aspecto que vem sendo sistematicamente analisado em pesquisas acadêmicas no Brasil.**

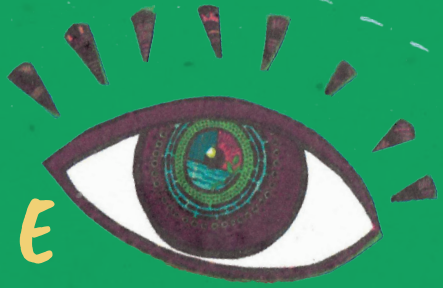


Essa modalidade de vigilância materializa a demanda histórica por maior participação social nos processos de vigilância em saúde, conforme previsto na Política Nacional de Vigilância em Saúde (Brasil, 2018). Seu surgimento como mecanismo de alerta e mobilização comunitária intensificou-se em 2020, em um contexto de crescente vulnerabilização de populações tradicionais e periféricas, configurando-se como instrumento de garantia do direito à saúde, mecanismo de proteção ambiental e estratégia de defesa da vida em territórios ameaçados. Mais recentemente, a Vigilância Popular em Saúde foi citada em nove diretrizes oriundas da 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2023 em Brasília, evento crucial para a definição das políticas públicas de saúde no Brasil.

Ancorada em princípios como os da Educação Popular em Saúde, da Ecologia de Saberes, da Determinação Social da Saúde e do Bem Viver, a Vigilância Popular em Saúde **reconhece e valoriza o conhecimento científico, os saberes tradicionais e locais e as experiências territoriais**, promovendo o diálogo intercultural como um de seus métodos. Essa abordagem representa um paradigma inovador na saúde coletiva, que pode contribuir para a democratização do sistema de saúde e para potencializar a territorialização das políticas públicas. Também pode contribuir para a justiça sanitária, ambiental, social e cognitiva, promovendo ações de caráter emancipatório. Ao integrar saberes diversos e fortalecer a participação comunitária, a VPS configura-se como instrumento potente para enfrentar as desigualdades e construir respostas mais adequadas às necessidades de saúde das populações, com a denúncia de violações e a formulação de políticas públicas a partir das realidades vividas nos territórios. Nesse sentido, ela atua como uma mediação entre os direitos garantidos e os direitos efetivamente acessados, fortalecendo a participação popular e o controle social em uma perspectiva emancipatória.



MODALIDADES DE VIGILÂNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



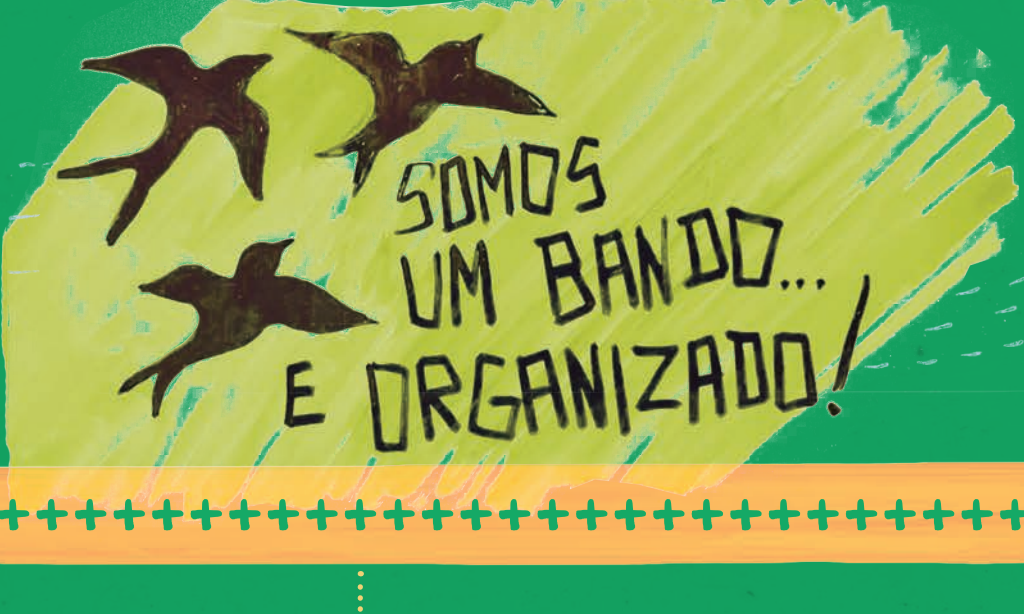
POTENCIAL EMANCIPATÓRIO

COM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

* Vigilância baseada na Comunidade
* Vigilância no contexto da Ciência Cidadã
* Vigilância de base Territorial e Participativa
* Epidemiologia Comunitária

COM UMA ABORDAGEM CRÍTICA E PARTICIPATIVA

* Vigilância em Saúde do Trabalhador
* Epidemiologia Popular
* Epidemiologia Crítica
* Vigilância do Desenvolvimento
* Monitoramento Participativo



COM PROTAGONISMO POPULAR

* Vigilância Civil
* Vigilância Popular em Saúde
* Vigilância Popular Ambiental
* Vigilância Indígena
* Vigilância Popular em Saúde, Ambiente e Trabalho



6

Atributos da Vigilância Popular em Saúde

A Vigilância Popular em Saúde emerge como uma abordagem estratégica e transformadora, fundamentada no protagonismo e na participação ativa das comunidades em defesa da vida. **Tal participação pode ser direcionada para o monitoramento, a prevenção e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde coletiva e ecossistêmica**. Ao reconhecer e fortalecer os saberes populares e tradicionais e articulá-los ao conhecimento técnico-científico e a práticas locais, a VPS possibilita:

a) a construção de soluções territorializadas, culturalmente adequadas, integradas e sustentáveis;

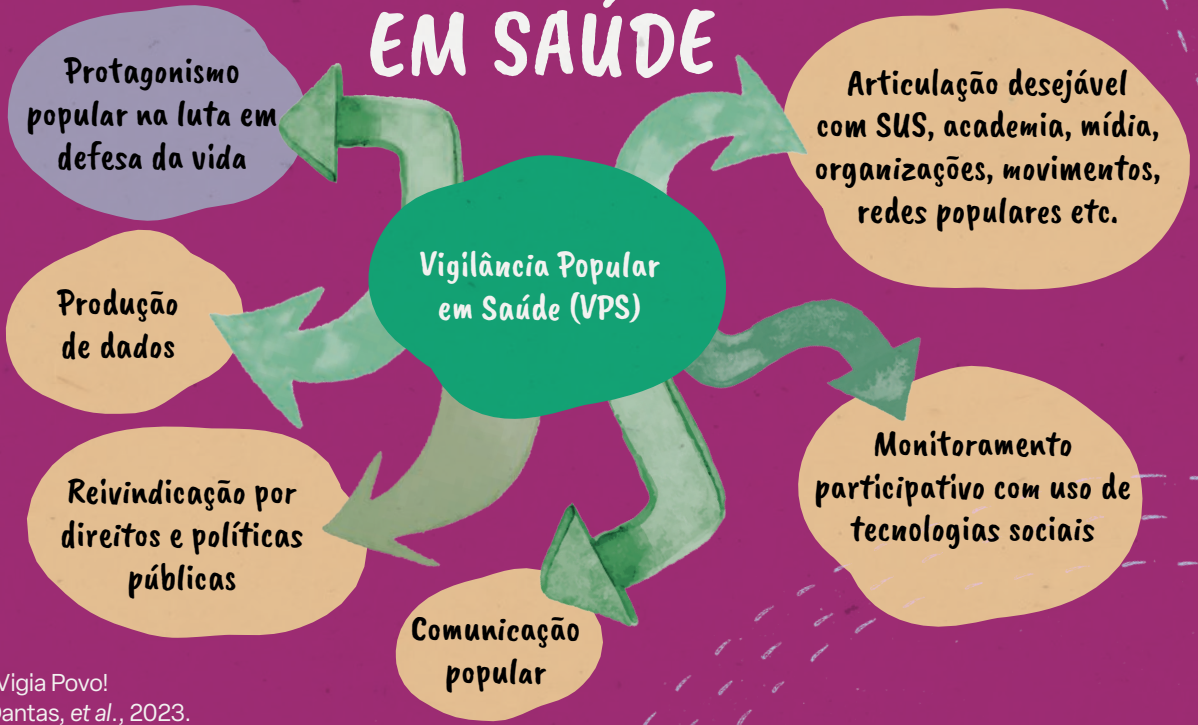
b) o fortalecimento da resiliência comunitária diante das múltiplas crises contemporâneas;

c) a promoção da justiça socioambiental;

d) a integração entre políticas públicas e ações locais.



ATRIBUTOS DA VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE



Fonte: Guia Vigia Povo!
Carneiro & Dantas, *et al.*, 2023.

PROTAGONISMO POPULAR NA LUTA EM DEFESA DA VIDA

Organizações e coletivos populares atuam de forma ativa, em uma perspectiva emancipatória frente a situações que ameaçam a vida.



REINVINDICAÇÃO POR DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Tensionamento para que o Estado realize seu papel de garantia do direito à saúde por meio de políticas públicas efetivas.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Geração de conhecimentos que dialogam com os saberes populares, acadêmicos e dos serviços de saúde.

ARTICULAÇÃO DESEJÁVEL COM OS SISTEMAS DE SAÚDE E OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ACADEMIA, ORGANIZAÇÕES POPULARES E REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Sinergias por meio da articulação entre os serviços de saúde, as universidades, os centros de pesquisa e as redes de movimentos sociais e populares, de forma a potencializar a ação de cada ator e a participação social nos processos.



PRODUÇÃO DE DADOS

Controle popular do processo de vigilância, desde a produção e análise de dados até a implementação de ações concretas.

COMUNICAÇÃO POPULAR

Produção de informação comprometida com a emancipação e transformação da realidade por meio de processo mobilizador, dialógico e horizontal.

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO COM USO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

Criação e uso de tecnologias acessíveis e socialmente apropriadas para a geração de dados territorializados de forma participativa e democrática.



7

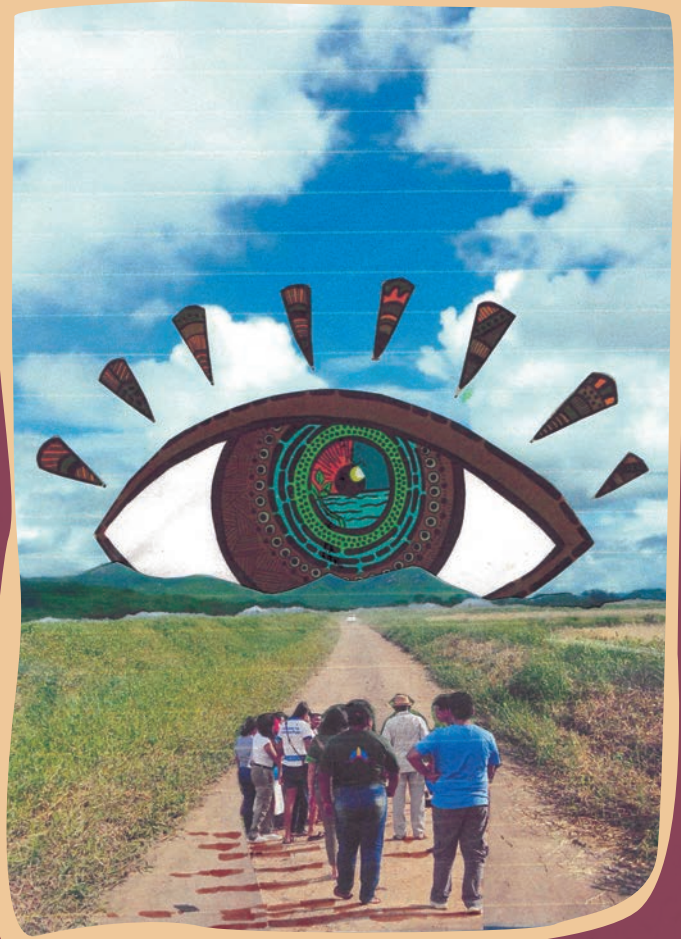
Métodos e técnicas para a construção da VPS frente às emergências climáticas

Temos construído trilhas com abordagens
Que nos ajudam ao território conhecer, reconhecer
Nele caminhando, identificando,
Aprendendo, mapeando
Círculos de cultura em que é possível problematizar
Rodas de conversa, produções artísticas, culturais
Olhares diversos, interculturais.

Surge em criatividade
Cartazes, tijolos, poemas
Nos ajudando a pensar
Como a partir das potências
No território forjadas
Enfrentamos desafios
Produzimos superação
Os inéditos viáveis
Pra gerar transformação.

A escolha dos caminhos para construir estratégias de VPS nos leva ao **encontro de abordagens participativas** em que sujeitos dos territórios trazem seus saberes de experiências feitos na identificação e problematização de situações desafiadoras, assim como na formulação de ações visando superá-las, de modo que possam se constituir protagonistas desses processos. As organizações populares trazem inúmeras possibilidades em suas experiências. Este Guia sistematiza algumas dessas experiências.

O importante não é reproduzir exatamente as experiências relatadas, mas compreender os princípios que as orientam: protagonismo comunitário, valorização de saberes locais, uso de tecnologias acessíveis, construção de redes de solidariedade, articulação com os sistemas de saúde existentes etc.



PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EMANCIPATÓRIA

É um método de investigação que visa produzir conhecimento e transformar a realidade por meio da participação ativa de todos os envolvidos, em uma perspectiva crítica e autônoma.

VIVÊNCIAS TERRITORIAIS

Reconhecimento e escuta das pessoas por meio de visita e observação dos modos de vida, contextos socioambientais, políticos, históricos, econômicos, culturais e das dimensões mais significativas para a comunidade.

OFICINAS

Processos reflexivos e dialógicos que abrangem dimensões como o sentir, o pensar, o agir, a intuição e a razão, trazendo a possibilidade de criação, construção, de descobertas coletivas e geração de produtos.





Foto: Crédito da Foto

Foto: Crédito da Foto

RODAS DE CONVERSA

Atividades em grupo pautadas na oralidade, diálogo, troca de saberes e na construção compartilhada, em uma perspectiva horizontal, podendo ser animadas por questões problematizadoras.

CÍRCULOS DE CULTURA

Partem de palavras geradoras que exprimem os saberes prévios das pessoas e propiciam a emergência de temas que são problematizados coletivamente, em um processo de reflexão crítica que busca propor sínteses para a superação de situações-limite identificadas.

FOTOVOZ

Compartilhamento de fotografias como mecanismo de ver e compreender as percepções e pontos de vista dos(as) participantes sobre o tema abordado.

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO

É o olhar continuado, autônomo, sistemático e analítico da comunidade organizada sobre os processos dos quais dependem os seus modos de vida no território.

MÁQUINA FOTOGRÁFICA HUMANA

Técnica de percepção sensorial e ambiental dos participantes por meio da observação ativa do território, promovendo um olhar sobre os seus aspectos históricos, sociais, culturais, identitários, lúdicos, espaciais e ambientais da comunidade.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Processo de construção participativa de mapas envolvendo grupos e comunidades em seus territórios, de modo a propiciar a vocalização e o protagonismo de sujeitos locais em suas percepções, necessidades, histórias, contextos, dificuldades e planos para o futuro.



Foto: Crédito da Foto

TÉCNICAS PARTICIPATIVAS

As técnicas foram aplicadas no Assentamento Santa Rita de Cássia II - MST, Nova Santa Rita (RS) e no Movimento Potigatapuia, na Aldeia Novo (CE



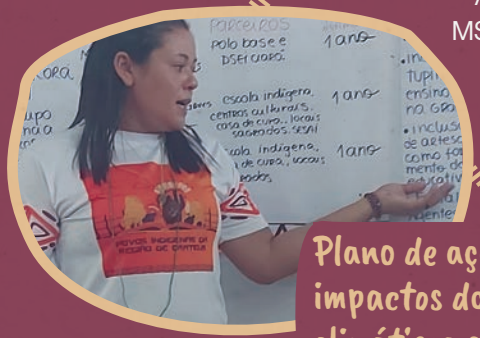
Visita de reconhecimento ao território



Círculo de cultura



Mapeamento participativo



Plano de ação para mitigar impactos dos eventos climáticos extremos



Câmara humana e fotovoz - Leitura territorial por meio de percepções ou fotografias



8

Pesquisadora popular e intercâmbio de experiências

As pesquisadoras populares
No processo da pesquisa-ação,
Em seus territórios enraizadas,
Fortalecem vínculos,
Visibilizam e potencializam ferramentas e tecnologias,
Contribuem para promover e ampliar a participação,
Fortalecer a organicidade
E a democratização.

Em diálogo com a academia
Promovem a mediação entre conhecimento científico e popular,
Contribuem para tecer redes de solidariedade,
Favorecem possibilidades de experiências e lutas intercambiar
Buscando alternativas para a transformação da realidade
Dentro da própria comunidade.
E promover segurança, soberania e sustentabilidade.

Para defender a vida
Não basta ser cientista
É bom escutar o povo
Pois ele é bom analista
Não use de prepotência
Porque em sobrevivência
O povo é especialista

Sozinho ninguém faz nada
Sozinho não se vigia
Eis o grande desafio
É unir com academia
Os povos dos territórios
Conhecer seu repertório
E sua sabedoria.



As importantes formas organizativas existentes nos territórios facilitam e promovem a participação popular. Essas construções são históricas, coletivas, atravessadas por processos de luta por direitos, laços de confiança e solidariedade que se renovam cotidianamente ao longo da história. Tradicionalmente, as comunidades, os territórios têm sido "objetos de pesquisas" científicas extrativistas, que subtraíam informações, dados que, muitas vezes, além de não transformar ou contribuir para mudar as realidades ou dificuldades locais, não incluem uma devolução da pesquisa, como a mediação do conhecimento científico para uso próprio.

Desde a perspectiva proposta, a incorporação de pesquisadoras e pesquisadores populares – populares no sentido de construção e transformação – **promove a democratização de espaços, mobilização e organização**, assim como participação popular de grupos, comunidades e sujeitos em processos que, em conjunto com a academia, procuram alternativas para a transformação da realidade a partir da mediação do conhecimento científico e da valorização e recuperação dos saberes ancestrais e populares.

O papel das pesquisadoras e dos pesquisadores populares no processo da pesquisa-ação participativa representa uma **inovação metodológica**. Sua relevância reside em: a) serem pessoas que contribuem com a inserção no território, conhecem a sua comunidade, suas histórias e geografias locais; b) fortalecem a organicidade e os vínculos na comunidade, promovendo práticas como a participação, a autonomia, a democracia popular, a agroecologia e o cuidado com a vida; c) ajudam a problematizar o processo dialético de construção de conhecimento a partir de diferentes perspectivas da realidade e cosmovisões, promovendo a troca de saberes; e d) facilitam a mediação de conhecimentos científicos, ferramentas e tecnologias, para que estejam a serviço da transformação da própria comunidade.

A atuação das pesquisadoras e dos pesquisadores populares no processo de pesquisa-ação participativa possibilita o intercâmbio de experiências, lutas, saberes, reflexões, desafios e estratégias, promovendo, transformando e democratizando, na prática, no cotidiano, as redes de solidariedade, de soberania, de sustentabilidade e de segurança nos territórios. Fortalece, também, as redes existentes, as alianças e intercâmbios com a academia, entre organizações, propiciando o diálogo com gestores e Estado para o **acesso ou construção de políticas públicas na busca do Bem Viver**.



9

CASOS EMBLEMÁTICOS
Histórias que inspiram: a força do povo cuidando da vida e do clima

Estamos em travessia, em avoação
Em meio a uma emancipatória pesquisa-ação
Que se faz em territórios onde a água se esconde ou se alastra
Por solos rachados ou alagados
Nos lembrando que a vida, a terra, a nossa mãe maior, merecem cuidado
Escutar seus lamentos, seus avisos, seus sinais
Aprender a atuar, reflexionar,
Sem destruir, sem explorar.

9.1

ESTUDO DE CASO

A memória que ensina a viver no Semiárido: Movimento Potigatapuia – Terra Indígena Serra das Matas, Aldeia Mundo Novo, Monsenhor Tabosa, Ceará, Brasil



Falamos da vida e seus guardiões
O sol e seu sagrado círculo que em nós vive
e conosco seguirá
A terra, base, mãe
Nossos símbolos, nossos braços
Ancestralidade
Nossos costumes, cultura
Espiritualidade.
Reduzir impactos ambientais
Nos move para uma perspectiva de Bem Viver
Que é luta por coletividade,
Respeito à cultura e à terra com tudo que
nela existe,

Resiste
E se faz riqueza que se compartilha
Como ato de amorosidade
Solidariedade.
Olhar do presente refletindo o passado
Para os efeitos das mudanças climáticas
enfrentar
Reduzir o desmatamento e as queimadas,
As nascentes das águas reflorestar,
Ampliar quintais produtivos e medicinais
Para proteger plantas de cura ameaçadas.

QUESTÃO DE FUNDO

Luta pela valorização identitária indígena – memória, ancestralidade, resgate da língua –, pelos direitos, pela defesa dos bens comuns da natureza, da terra e do território. **Essa luta representa uma resistência histórica que se intensifica diante das emergências climáticas**, na qual o povo Potigatapuia enfrenta não apenas a perda de suas tradições mas também a ameaça concreta à sua sobrevivência física e cultural.



FOCO

Falta d'água, agrotóxicos avançando e mineração de urânio e fosfato. **A escassez hídrica se agrava com as mudanças climáticas**, afetando diretamente o modo de vida tradicional e a segurança alimentar da comunidade. O avanço do agronegócio traz consigo a contaminação por agrotóxicos, que compromete a saúde das pessoas e a qualidade do solo e das águas. A ameaça da mineração de urânio e fosfato representa um risco existencial para o território, podendo causar danos irreversíveis ao ecossistema e à saúde das futuras gerações.

SUJEITOS

Movimento Indígena Potigatapuia: lideranças, professores, estudantes, agentes indígenas de saneamento, agentes indígenas de controle de endemias, agentes indígenas de saúde, raizeiros, pajés, parteiras, caçadores e jovens. Essa diversidade de atores demonstra a riqueza organizacional da comunidade, em que **cada pessoa contribui com seus conhecimentos específicos para a luta coletiva.**



O QUE MOVE OS SUJEITOS

A **defesa do modo de vida indígena e do Bem Viver**, ameaçados pela emergência climática, sobretudo pela seca, e a luta por demarcação da terra, segurança hídrica, soberania alimentar e proteção da cultura ancestral.



ATRIBUTOS

PROTAGONISMO POPULAR NA LUTA EM DEFESA DA VIDA

O Movimento Potigatapuia demonstra uma **capacidade excepcional de auto-organização e mobilização**, liderando suas próprias lutas sem depender exclusivamente de apoios externos. Esse protagonismo se manifesta nas tomadas de decisões coletivas, na definição de estratégias de resistência e na criação de soluções inovadoras para os desafios enfrentados.



PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Pesquisas realizadas em parceria com a Fiocruz, a Universidade Estadual do Ceará, a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Estadual do Vale do Acaraú voltadas para emergências climáticas, medicina indígena, cuidado e vigilância popular. Essa colaboração representa um diálogo intercultural valioso, em que o **conhecimento acadêmico é enriquecido com os saberes tradicionais**, gerando pesquisas mais relevantes e aplicáveis à realidade da comunidade. As pesquisas abordam desde o monitoramento da qualidade da água até o registro de práticas medicinais tradicionais.

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO COM USO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

Protocolo de consulta prévia e informada a uma rede de comunicação comunitária. A comunidade desenvolveu sistemas próprios de monitoramento ambiental e social, utilizando tecnologias simples, mas eficazes para acompanhar mudanças no território. O protocolo de consulta garante que qualquer intervenção externa seja previamente discutida e aprovada pela comunidade, respeitando sua autonomia e seu direito à autodeterminação.

COMUNICAÇÃO POPULAR

Realização de *lives* de articulação para promover encontros presenciais em que se fomenta a socialização da informação, o planejamento de ações e a realização de encontros culturais. A estratégia de comunicação **combina ferramentas digitais com encontros presenciais**, garantindo que a informação chegue a todos os membros da comunidade. As *lives* servem não apenas para informar mas também para fortalecer os laços comunitários e manter viva a cultura por meio de apresentações artísticas e rituais.





ARTICULAÇÃO COM O SUS E OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Participação do movimento no Conselho Local, Conselho Distrital de Saúde, Conselho de Educação, na Secretaria Municipal de Cultura e na Câmara de Vereadores. Essa **inserção nos espaços institucionais** permite que as demandas da comunidade sejam apresentadas diretamente aos gestores públicos, influenciando a formulação de políticas mais adequadas às necessidades indígenas. A participação é estratégica e visa garantir que os direitos constitucionais sejam respeitados.

ARTICULAÇÃO COM ACADEMIA

Parceria com a Fiocruz, a Universidade Estadual do Ceará, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Estadual do Vale do Acaraú e a Universidade da Lusofonia Afrobrasileira para pesquisas e atividades de todos os níveis, da formação básica até o nível superior. Essas parcerias vão além da pesquisa, incluindo programas de formação que **capacitam jovens indígenas para atuarem como pesquisadores em suas próprias comunidades**, fortalecendo a autonomia intelectual do movimento.

ARTICULAÇÃO COM MÍDIA

Participação nas rádios do município e contato com jornalistas. A estratégia de comunicação externa visa **dar visibilidade às lutas da comunidade** e sensibilizar a sociedade para as questões indígenas. A participação em rádios locais é especialmente importante por alcançar populações rurais que podem se identificar com as demandas apresentadas.



ARTICULAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E REDES POPULARES

Articulação entre os movimentos: Povos Indígenas do Brasil (Apib), Teia dos Povos, Articulação Antinuclear, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará (Copice) e Articulação do Semiárido (ASA). **Essa ampla rede de alianças fortalece a luta local ao conectá-la com movimentos nacionais e internacionais**. Cada organização parceira contribui com experiências específicas sobre os mais variados temas, desde a luta pela terra até a resistência contra projetos de mineração, criando uma frente comum de resistência.



Foto: Crédito da Foto


Uka Pusãnga Maria Paixão
Casa de cura Maria Paixão



CAMINHOS

Buscam-se caminhos com a criação de grupo de espiritualidade e casas de cura e a realização de assembleias mensais nas aldeias, de cursos de formação na língua indígena e pressão frente a órgãos públicos por comissões indígenas para implementação de políticas públicas. As assembleias são o coração da democracia indígena, em que todas as decisões importantes são tomadas coletivamente.

A **casa de cura representa a revitalização da medicina indígena**, oferecendo tratamentos baseados em plantas medicinais e rituais de cura. Os cursos de língua indígena são fundamentais para a preservação cultural e o fortalecimento da identidade étnica das novas gerações.

INDICADORES

DE DENÚNCIA OU AMEAÇA

* **Relatos e denúncias das comunidades de uso de agrotóxicos**: documentação sistemática dos impactos dos agrotóxicos na saúde humana e ambiental, incluindo casos de intoxicação e contaminação de fontes de água.

* **Casos de diarreia associada à falta e/ou à contaminação da água**: monitoramento epidemiológico comunitário que relaciona problemas de saúde com a qualidade da água disponível.

* **Aumento de problemas de saúde mental**: reconhecimento de que as ameaças ambientais e culturais geram impactos psicológicos, afetando especialmente jovens e idosos.

* **Alterações na cor e cheiro da água**: indicadores visuais e olfativos que a própria comunidade utiliza para avaliar a qualidade da água, demonstrando conhecimento tradicional sobre os corpos hídricos, que não se separam dos corpos humanos.



DE ANÚNCIO/PROMOÇÃO DA VIDA/BEM VIVER

* **Pessoas atendidas pela casa de cura**: quantificação do alcance da medicina tradicional, demonstrando sua eficácia e aceitação pela comunidade.

* **Aldeias com agroflorestas**: indicador de sustentabilidade ambiental e segurança alimentar, mostrando a capacidade da comunidade de criar soluções produtivas em harmonia com a natureza.

* **Aldeias com soluções para acesso à água com tecnologias sociais como cisternas de água de chuva**: medida concreta de adaptação às mudanças climáticas e conquista de autonomia hídrica.



INÉDITOS VIÁVEIS

AGROFLORESTA

Sistema produtivo que combina árvores nativas, cultivos alimentares e plantas medicinais, garantindo segurança alimentar e recuperação ambiental simultaneamente.

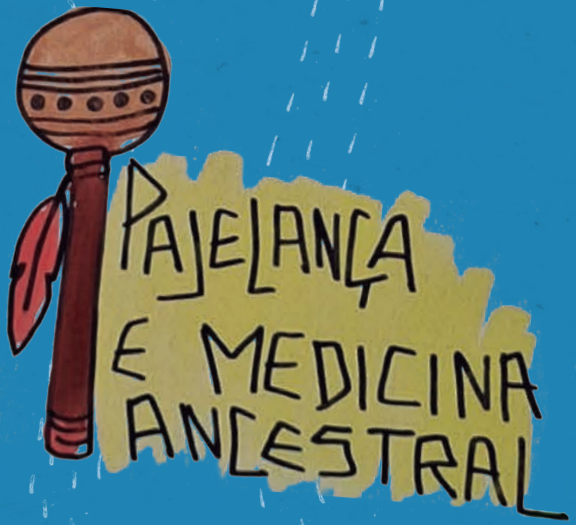
CASA DE CURA

Espaço reconhecido e integrado ao sistema local de saúde dedicado à medicina tradicional indígena, em que pajés e raizeiros oferecem tratamentos com plantas medicinais e rituais ancestrais.

SEMENTE E GRUPO DA ESPIRITUALIDADE

Iniciativas que preservam tanto a diversidade genética das plantas cultivadas quanto as práticas espirituais que conectam a comunidade com seus ancestrais e com a natureza.





INCLUSÃO DO PAJÉ NO CUIDADO NA UNIDADE DE SAÚDE

Inovação na saúde pública ao reconhecer e integrar a medicina tradicional indígena ao Sistema Único de Saúde, criando um modelo de atenção intercultural.

RECONHECIMENTO DA LÍNGUA INDÍGENA COMO SEGUNDA LÍNGUA OFICIAL DO MUNICÍPIO

Conquista política e cultural que fortalece a identidade étnica e garante direitos linguísticos, servindo de modelo para outros municípios com população indígena significativa.



Aldeia Indígena Mundo Novo

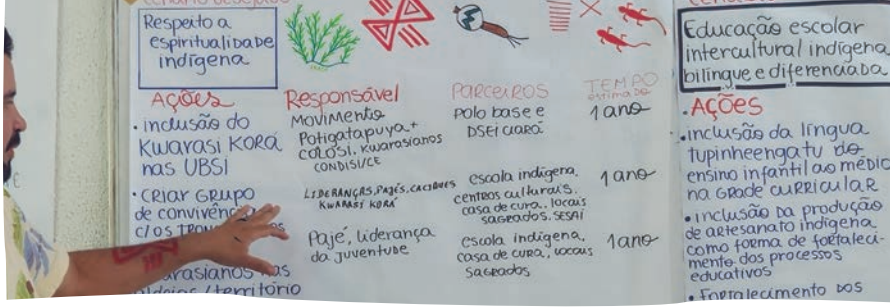
Trabalho de campo

Monsenhor Tabosa - CE, Brasil

Mapeamento participativo e planejamento de ações para emergências climáticas.



Mapeamento participativo



Plano de ação para mitigar impactos dos eventos climáticos extremos



Círculos de cultura



Construção do mapa participativo

9.2

ESTUDO DE CASO

A terra que renasce da água: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul, Brasil



QUESTÃO DE FUNDO

O conflito de modelos – de um lado, o Assentamento Santa Rita de Cássia II reafirma o Bem Viver e busca a reorganização comunitária e a produção de alimentos agroecológicos; de outro, o agronegócio, produtor de *commodities*, com uso intensivo de agrotóxicos, contamina a produção, o solo, a água e a saúde da população. O cenário se agrava com a crescente vulnerabilização a eventos climáticos extremos, como as enchentes, chuvas intensas, vendavais e secas. **Essa sobreposição de crises expõe a fragilidade dos sistemas produtivos e mantenedores da vida.**



FOCO

Fortalecer os modos de vida, vinculando produção agroecológica e organização comunitária, para **facilitar o acesso às políticas públicas diante dos extremos climáticos** (enchentes e secas).



SUJEITOS

Famílias assentadas, produtoras agroecológicas e integrantes da Associação Comunitária do Assentamento Santa Rita de Cássia II, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-RS).

O QUE MOVE OS SUJEITOS

A defesa de um modo de vida articulado ao Bem Viver, a busca por justiça socioambiental e a defesa do território frente aos prejuízos gerados pelos extremos climáticos e o agronegócio. **Lutam pela preservação de todas as formas de vida**, com territórios livres de agrotóxicos, e pela reparação financeira para famílias atingidas pelos extremos climáticos e pela deriva de agrotóxicos, além de propor novas práticas agroecológicas que protegem o modo de viver e os bens da natureza. Lutam, também, por **acesso às políticas públicas de agroecologia e saúde** que possam garantir a soberania alimentar e a defesa da vida no território.



ATRIBUTOS

PROTAGONISMO POPULAR NA LUTA EM DEFESA DA VIDA

Grupos de famílias ativos e organizados localmente com realização de monitoramento ambiental contínuo, inseridos nas feiras agroecológicas da região metropolitana de Porto Alegre e com participação ativa em audiências e espaços de debate com a sociedade. Contam com apoio de organizações não governamentais em defesa da vida e certificadora orgânica vinculada ao MST-RS, e da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS).





PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Essas comunidades divulgam suas lutas em forma de capítulo de livro (*Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde*), publicações de artigos científicos, monografias, teses e resumos em congressos. Sistematizam a produção do conhecimento compartilhado de forma coletiva com documentos de divulgação massiva em jornais, *blogs*, fôlderes, webinários, documentos de apoio para seminários, fóruns nacionais e internacionais etc. Constroem iniciativas vinculadas ao Laboratório Escola de Economia Popular e Solidária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto. Participam da pesquisa da Fiocruz Ceará que resultou na produção do guia e websérie *Vigia, Povo*! Enviam pesquisadores(as) populares para o Projeto Vigilância Popular em Saúde como estratégia potencializadora das ações dos sistemas de saúde frente às emergências de saúde pública associadas às mudanças climáticas.

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO COM USO DE TECNOLOGIAS ACESSÍVEIS

Estação meteorológica no assentamento para mensurar deriva dos agrotóxicos; cadernos de campo agroecológico usados para certificação de produção orgânica; registros fotográficos e em vídeo e grupos de WhatsApp vinculados à temática (local, estadual, nacional e internacional); monitoramento do nível da água durante as enchentes; identificação e monitoramento das áreas de risco.



ARTICULAÇÃO COM O SUS E OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

* Equipe de Saúde da Família Rural localizada no assentamento;
* Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Vigilância Ambiental em Saúde local;
* Conselho Local de Saúde;
* Gestões para acesso a recursos estaduais (RS) para Política de Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas;
* Articulação com a Secretaria Estadual de Saúde por meio da Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA);
* Articulação com o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador do Ministério da Saúde;
* Inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
* O Ministério da Saúde adentra essas comunidades por meio do Programa de Agentes Educadores Populares de Saúde (AGPopSUS) e da Especialização em Educação Popular em Saúde;
* Presença na Conferência Global de Clima e Saúde (Pré-COP30) liderada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e pelo Ministério da Saúde.

ARTICULAÇÃO COM A ACADEMIA

As famílias assentadas e produtoras agroecológicas participam de pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-Graduação em Geografia e Programa de Pós-Graduação em Enfermagem); pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva Abrasco (Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente); e pelo Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes da Fiocruz Ceará, em parceria com a Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência..



ARTICULAÇÃO COM MÍDIA

Participação em *lives* e programas locais e nacionais; notícias veiculadas a jornais nacionais e estaduais (Brasil de Fato, Sul21) e mídias alternativas (Repórter Popular, Amigas da Terra-Brasil, Jornal Contraponteando, do Projeto de Extensão Universitária Laboratório Escola Contraponto).



COMUNICAÇÃO POPULAR

Uso de redes sociais por parte dos sujeitos e organizações parceiras, como Amigas da Terra-Brasil, MST e Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes da Fiocruz Ceará.





ARTICULAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E REDES POPULARES

Participação em eventos de defesa da agroecologia: Seminário Territórios de Vida vs. Projetos de Morte das Monoculturas e Mineração das Amigas da Terra-Brasil; participação no III Fórum Global Nyeléni de Soberania Alimentar (La Via Campesina, Movimento pela Saúde dos Povos [PHM], Aliança Latino-Americana e Caribenha pela Soberania Alimentar, entre outros). Articulação com Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá); Comissão de Produção Orgânica-RS; Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS); Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Cootap); Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH-RS); Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan); Fórum Gaúcho de Combate aos Agrotóxicos; Rede de Advogados Populares; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul (CONSEA); Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; Frente Brasileira Contra os Acordos União Europeia-Mercosul. Participam, também, da Associação Comunitária do Assentamento, da Comunidade que Sustenta a Agricultura Agroecológica (CSAA - Territórios de Vida) e da Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto.

SOLIDARIEDADE

Experiências solidárias durante eventos climáticos extremos, como a Vaquinha Solidária do MST, solidariedade de instituições (universidades e Abrasco) e parceiros da academia, Brigadas de Solidariedade Internacional de La Via Campesina, brigadas de estudantes do MST, abrigos solidários na escola e na sede comunitária do Assentamento, construção de Cozinhas Solidárias e repórteres da Mídia Sem Terra.



CAMINHOS

* A partir da organização em coletivos na comunidade, é realizado o monitoramento ambiental comunitário, e são identificadas as situações de dano ou ameaça à vida, ao ambiente e à produção.

* Mobilização e articulação com os setores da saúde (esfera rural) e agricultura dos territórios envolvidos e atingidos.



* Atuação em rede e coletivos envolvendo associações, ONGs e movimentos sociais.

* Realização de diagnósticos de situação participativos, planejamentos, visitas, levantamentos, intercâmbios, registro de dados, parcerias e assessorias.

* Realização de reuniões, seminários, fóruns e oficinas de capacitação.

* Acionamento de órgãos públicos, como Ministério Público Estadual e Federal.

* Comunicação e articulação via redes sociais na forma de relatórios, documentos e indicadores.

INDICADORES

DE DENÚNCIA OU AMEAÇA

* O conflito entre o modelo agroecológico do assentamento e a pressão do agronegócio (associado à deriva de agrotóxicos e à disputa por políticas públicas) é apresentado como a ameaça fundamental ao modo de vida, à saúde e à própria existência da comunidade.

* Utilização de estratégias populares de medição do nível das águas no contexto das inundações.

* Perdas materiais (habitação, mobília, transporte, equipamento agrícolas, produção) em decorrência de extremos climáticos.



* Abandono das casas por ocasião das enchentes e impacto psicossocial às famílias.

* Danos à infraestrutura de serviços públicos (coleta de lixo, fornecimento de energia, água e gás).

* A necessidade de instalação pela comunidade de uma estação de monitoramento de deriva de veneno é uma denúncia da constância e da gravidade dessa ameaça.



* Perdas na produção: mortandade de abelhas, amarelamento, enrugamento de folhas, apodrecimento de plantas, queda na brotação de arvores frutíferas etc.

* Aumento de abortos e má-formação congênita nos animais produtores de leite, ovinos, suínos, e animais domésticos.

* Intoxicação aguda após a exposição à deriva (sintomas como cefaleia, náuseas, tonturas, ardência ocular e diarreia).

* Omissão do poder público, o que potencializa todas as outras ameaças, entre elas a omissão do Ministério Público em investigar denúncias.

* Modelo do agronegócio como a ameaça estrutural que está na raiz dos conflitos e riscos enfrentados pelo Assentamento.

DE ANÚNCIO E PROMOÇÃO DA VIDA E DO BEM VIVER

* Construção de um Plano de Vigilância Popular da exposição a agrotóxicos em articulação com a área da saúde.

* Manutenção da produção agroecológica, sendo o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.

* Participação em circuitos de feiras ecológicas na região metropolitana e em programas como PNAE e PAA.

* Participação em espaços de economia popular e solidária (vinculados ao Projeto de Extensão em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS) e na Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto.

* Criação da CSAA - Territórios de Vida com mais cinco territórios do Rio Grande do Sul, em parceria com Amigas da Terra-Brasil.

* Produção de mudas agroecológicas (medicinais, condimentares, aromáticas, hortaliças, flores) pelos Viveiros Orgânicos Bourscheid e BioMatos.

* Lei municipal n. 1.680/21, Regulamentação de Uso de Agrotóxicos na cidade de Nova Santa Rita.

* Lei municipal sobre fitoterápicos.



* Criação do Grupo de Trabalho Intersetorial na Comissão de Produção Orgânica-RS, em Porto Alegre (CPORGRS), com participação de agricultores(as), pesquisadores(as), movimentos sociais, Ministério Público Estadual e Federal e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

* Reinauguração da Unidade de Saúde da Família Rural Marisa Lourenço da Silva (ampliação e reforma do espaço).

* Inauguração da Policlínica de Nova Santa Rita, construída a partir de doação de 0,8 hectare em área coletiva do Assentamento Santa Rita de Cássia II.

* Construção de Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Almeida em área coletiva do Assentamento Santa Rita de Cássia II.

* Formulação comunitária, difusão e uso de produtos naturais feitos com plantas medicinais.

* Retomada da Associação Comunitária 29 de Outubro do Assentamento Santa Rita de Cássia II.

* A realização de místicas, círculos de cultura e falas poéticas que permeiam o encontro é um indicador de uma força vital que transcende o material. A valorização dos saberes ancestrais (com a presença indígena) e a criação de "pontos de luz" no mapa, como o viveiro de mudas, anunciam a esperança e a insistência em cultivar o futuro.

* A criação da estação meteorológica e a prática da Vigilância Popular em Saúde são exemplos de como a comunidade gera seus próprios dados para se defender.



* A criação de Cozinhas Solidárias durante as enchentes demonstra uma capacidade auto-organizada de resposta. O cuidado com o outro, a partilha de alimentos e o apoio mútuo são indicadores vivos de uma comunidade que se protege e se fortalece.

* A produção de alimentos saudáveis, livre de venenos, é um anúncio de um modelo de vida que cuida da terra e das pessoas.

* A organização não é apenas para a produção, mas é a base da resiliência. A Cootap, em alguma medida, e a Associação Comunitária são como pilares que permitem a ação coletiva, a negociação política e a superação de crises, como as enchentes.



INÉDITOS VIÁVEIS

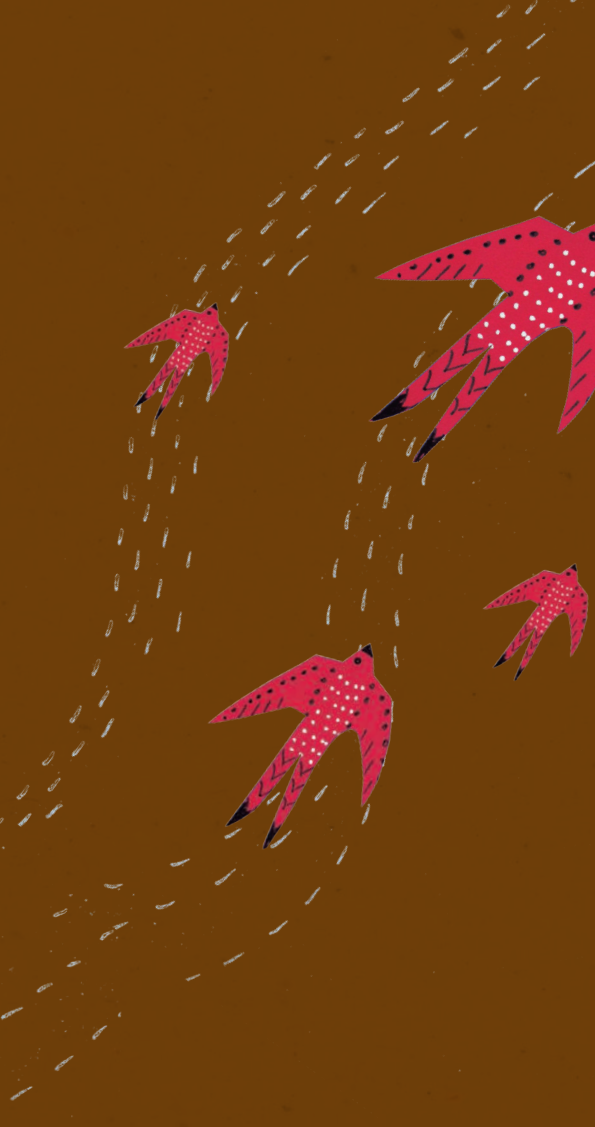
* Criação de polígonos de exclusão, protegendo vasta área de importância socioambiental para toda a região metropolitana da capital (Polígono de Exclusão de Pulverização Aérea) na área de amortecimento do Parque Estadual do Delta do Rio Jacuí.

* Mobilização para uma decisão judicial restritiva de aplicação de agrotóxicos por vizinhos e lindeiros. Manutenção da cautelar que restringe a pulverização aérea de agrotóxicos em áreas vizinhas ao Assentamento Santa Rita de Cássia II.

* Aproximação a órgãos estatais e de participação social para a tramitação de denúncias relacionadas à deriva de agrotóxicos – como o Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA), o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Conselhos de Direito e Secretarias de Saúde e Inspeção.

* Fortalecimento das denúncias com participação em audiência pública no Senado Federal e fórum de discussão do Acordo União Europeia-Mercosul.





* Presença de um viveiro e laboratório de processamento de plantas.

* Articulação com o SUS e contatos com a Câmara Municipal de Nova Santa Rita para enfrentamento e prevenção de extremos climáticos.

* Reorganização da Associação Comunitária do Assentamento como ferramenta organizativa que fortalece a unidade, debatendo pautas que ajudam a potencializar a agroecologia e o Bem Viver.

* Criação da CSAA – Territórios de Vida em articulação com cinco territórios do estado do Rio Grande do Sul e parceria com Amigas da Terra-Brasil como ferramentas de promoção da agroecologia, da soberania alimentar, da defesa dos territórios e do Bem Viver.



Santa Rita de Cássia II

Assentamento MST

Nova Santa Rita - RS, Brasil

Oficina territorial e visita de reconhecimento territorial - Estação Meteorológica Comunitária



Reconhecimento do território com visita à Estação Climatológica



Oficina e Círculo de Cultura



Hortas agroecológicas



Oficina da pesquisa realizada no Assentamento Santa Rita de Cassia II, Nova Santa Rita, RS



10 Estratégias para fortalecimento das ações comunitárias e dos serviços de saúde

Frente aos eventos climáticos
Que afetam os territórios
Temos que agir com rapidez
E com criatividade
Para a situação enfrentar
E evitar calamidades.

É importante identificar
Os sinais do território
Fazer escuta ampliada
Indicadores produzir
Informação qualificada
Pros entraves reduzir.

Mapear áreas de risco
Georeferenciar
A ocupação dos territórios
É importante repensar
E criar os comitês
De Vigilância Popular
Para as mudanças climáticas
Podermos monitorar.

Ter planos de contingências
Elaborar simulação
Apontar rotas de fuga
Para casos de emergências
Com base na experiência
E na participação.

PROMOVER A ARTICULAÇÃO ENTRE A VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE E A VIGILÂNCIA INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE SAÚDE

Essa estratégia visa integrar saberes e práticas das comunidades com as ações dos sistemas de saúde. Propõe-se que **o sistema de saúde reconheça e incorpore os dados gerados pelas comunidades** (como monitoramento climático e de agrotóxicos) e, em contrapartida, ofereça formação continuada para que as equipes de saúde possam notificar agravos socioambientais, fortalecendo a vigilância de forma mútua e colaborativa.





CONSTRUIR PLANOS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA TERRITORIALIZADOS E PARTICIPATIVOS

O objetivo é criar planos de contingência que partam da realidade local, utilizando ferramentas como a cartografia social para mapear riscos e potenciais. A estratégia envolve a **participação ativa dos sistemas de saúde e setores afins na elaboração desses planos**, garantindo o suporte necessário (equipes volantes, medicamentos) e reconhecendo espaços comunitários, por exemplo, escolas, como pontos estratégicos de cuidado e abrigo durante emergências.



DESENVOLVER TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A CONVIVÊNCIA COM A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Essa estratégia foca fortalecer a resiliência das comunidades por meio de soluções locais e sustentáveis. Isso inclui a implementação de sistemas de gestão coletiva da água, como cisternas e barragens subterrâneas, e a promoção da agroecologia e de Sistemas Agroflorestais (SAFS) para **garantir soberania alimentar e preservação dos bens naturais e comuns**, com apoio técnico e monitoramento participativo da qualidade da água.

ARTICULAR A LUTA PELA SAÚDE COM A LUTA POR DIREITOS ESTRUTURAIS

Reconhece-se a determinação social da saúde. Essa abordagem propõe **utilizar as evidências coletadas pelas comunidades para pressionar o poder público por políticas estruturantes**, como reforma agrária, demarcação de territórios tradicionais e moradia digna, e fortalecer a participação social em conselhos, a fim de transformar demandas em políticas públicas eficazes, como a promoção da agroecologia pelos sistemas de saúde.



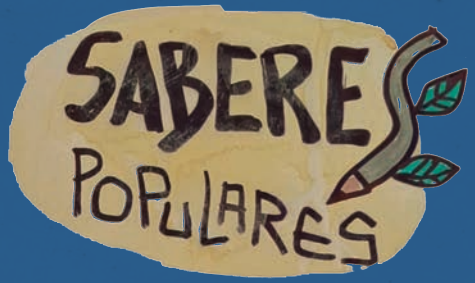
FORTALECER A SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA E O CUIDADO COLETIVO

Essa estratégia busca **promover o bem-estar psicossocial a partir de práticas coletivas e culturais**. Propõe-se a criação de redes de solidariedade, como brigadas populares de saúde e cozinhas solidárias, e a valorização da espiritualidade e da cultura como ferramentas de cura para processar traumas coletivos, descentralizando o cuidado em saúde mental para o território.

INTEGRAR A MEDICINA TRADICIONAL, A MEDICINA INDÍGENA E A ESPIRITUALIDADE AO CUIDADO NOS SISTEMAS DE SAÚDE

O objetivo é construir um **sistema de saúde intercultural que respeite e integre os saberes ancestrais**. A estratégia inclui o fortalecimento de espaços de cura tradicional, a formação de jovens guardiões desses saberes e a criação de mecanismos para o diálogo entre pajés, parteiras e profissionais de saúde, como a proposta de uma Sala do Pajé nas unidades de saúde.





PROMOVER A SAÚDE A PARTIR DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA/ CONTEXTUALIZADA

Essa estratégia reconhece a cultura e a educação como pilares para a promoção da saúde e o fortalecimento da identidade coletiva. Propõe-se a **inclusão de saberes e histórias locais nos currículos escolares e o apoio a iniciativas culturais** (danças, artesanatos, museus comunitários) como ações de promoção da saúde mental e do bem-estar, além da produção de materiais educativos culturalmente adequados.



11

Recomendações para o fortalecimento da saúde popular em contextos de emergências climáticas

Produção orgânica, agroecologia
Vêm fortalecer a sustentabilidade
Protegem a terra, geram soberania
A resposta ativa da comunidade
Construção coletiva que gera alegria
E mostra a força da coletividade.

Urgem a solidariedade e a resiliência para replantar a dignidade
Incluir sujeitos locais individuais e coletivos
Escutar as vozes das pessoas que nunca deixaram de falar,
Mas que em geral não conseguem se fazer escutar, considerar.

Este Guia constitui um repertório de **orientações para a defesa da vida e o fortalecimento da saúde popular no contexto das emergências climáticas.** Originado de experiências territoriais concretas, ele se dirige a comunidades, movimentos sociais, profissionais e gestores de saúde em diversos contextos globais. Longe de ser um manual prescritivo, este documento se configura como um conjunto de referências dinâmicas que convida à apropriação crítica, à recriação e ao diálogo com as singularidades de cada contexto.



1

PRINCÍPIOS PARA UMA AÇÃO TRANSFORMADORA

A efetividade da ação coletiva emerge da capacidade de entrelaçar saberes, cultivar a solidariedade e responder de modo contextualizado e enraizado aos desafios impostos pelas emergências climáticas à saúde e ao bem-estar. As recomendações a seguir estão ancoradas na convicção de que **a transformação social é um processo plural e democraticamente construído**, no qual todas as vozes importam.

2

FORTALECER A ORGANIZAÇÃO DE BASE E A COESÃO SOCIAL

A base de qualquer sistema resiliente de saúde reside na força da comunidade organizada. A constituição e o fortalecimento de comitês locais, associações, conselhos e grupos representativos (de jovens, mulheres, agricultores etc.) fundamentam a primeira e mais importante ferramenta de proteção coletiva. **A prática da solidariedade transforma vulnerabilidades compartilhadas em potência de ação organizada**.

3

RECONHECER OS TERRITÓRIOS A PARTIR DE SUAS EPISTEMOLOGIAS PRÓPRIAS

O enfrentamento eficaz das emergências climáticas demanda um conhecimento profundo do território, construído a partir da percepção daqueles que o habitam. Ferramentas como as do **mapeamento participativo**, conduzido pelos próprios moradores, valoriza saberes locais na identificação de riscos e oportunidades, convertendo o ato de conhecer em instrumento de luta.

4

CONTEXTUALIZAR A AÇÃO, ENRAIZANDO-AS NAS REALIDADES LOCAIS

A eficácia de qualquer intervenção está intrinsecamente ligada à sua **capacidade de se adequar às dinâmicas locais**. Ações genéricas devem ceder espaço para estratégias desenhadas a partir de um diagnóstico preciso das particularidades culturais, sociais e ambientais de cada território.





5

CULTIVAR O DIÁLOGO DE SABERES DE FORMA EQUITATIVA

A valorização equitativa dos saberes – ancestrais, tradicionais, populares e científicos – é essencial para respostas mais integrais e culturalmente sensíveis. É imperativo fomentar espaços de diálogo horizontal, promover a **escuta ativa dos detentores de conhecimentos tradicionais** e desconstruir hierarquias epistemológicas que invalidam formas de saberes não hegemônicas.



6

APROPRIAR-SE DE TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA DE AUTONOMIA

Tecnologias, em suas múltiplas dimensões (digitais, sociais, tradicionais), devem ser apropriadas como **instrumentos de autonomia, produção de conhecimento e defesa de direitos pelas comunidades**. Seu uso estratégico pode viabilizar sistemas de alerta precoce, produção de dados comunitários para defesa de direitos, denúncias de crimes ambientais e amplificação de vozes locais, fortalecendo a capacidade de ação coletiva.

7

CONSTRUIR ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE PREPARO E RESPOSTA

A resiliência comunitária é forjada no planejamento participativo. Diferentes atores devem contribuir conforme suas competências – seja na facilitação de diálogos, no aporte de conhecimento técnico, na mobilização de recursos ou na coordenação de ações de solidariedade –, transformando a autoproteção em um empreendimento coletivo.

8

CONSTRUIR PLANOS DE EMERGÊNCIA (CONTINGÊNCIA) COMUNITÁRIOS

A preparação para emergências climáticas deve ser uma construção social onde as comunidades devem planejar coletivamente, definir rotas de fuga, pontos de encontro seguros, estoques estratégicos (sementes e alimentos) e organizar brigadas de solidariedade e cuidado para situações de desastres.

9

PROMOVER VISÕES INTEGRAIS E INTERCULTURAIS DE SAÚDE E CUIDADO

Impulsiona-se uma concepção ampliada de saúde, que dialogue com diferentes medicinas, terapias e cosmovisões de bem-estar. **É necessário transcender o modelo estritamente biomédico**, articulando saberes de profissionais de saúde, terapeutas tradicionais e comunidades em práticas de cuidado culturalmente adequadas.



10

DESCENTRALIZAR O CUIDADO E A VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O cuidado não pode ficar confinado aos muros das unidades de saúde, especialmente durante emergências climáticas. As equipes de saúde devem estar presentes nos territórios, levando ações de vigilância, promoção da saúde física e mental para os espaços comunitários (escolas, associações, centros comunitários, espaços religiosos). A eficácia e a legitimidade de qualquer intervenção estão diretamente ligadas à sua capacidade de se adequar às realidades locais.

11

ATUAR SOBRE A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA DOENÇA

A transformação duradoura exige ir além dos sintomas, atuando sobre as raízes das injustiças socioambientais. O **setor da saúde deve posicionar-se publicamente contra os grandes projetos que amplificam as crises climáticas** e atuar intersetorialmente em defesa de políticas estruturantes, como acesso à terra, moradia digna e saneamento universal, reconhecendo que a saúde começa na garantia de um ambiente saudável.

12

FOMENTAR SISTEMAS ALIMENTARES SOBERANOS E SUSTENTÁVEIS

O fortalecimento de circuitos alimentares locais, justos, saudáveis e sustentáveis é um **eixo estratégico para a defesa da vida**. A promoção da agroecologia, o acesso a alimentos adequados e o reconhecimento da alimentação como um direito humano e um ato político são fundamentais para a resiliência comunitária.



13

GERAR CONHECIMENTO DE FORMA ENGAJADA E COLABORATIVA

A produção de conhecimento deve estar a serviço da transformação social. Pesquisadores, comunicadores e comunidades são desafiados a adotar metodologias participativas, assegurar a devolutiva acessível dos resultados e construir de maneira compartilhada saberes que fortaleçam as lutas coletivas e ampliem a compreensão sobre os impactos das emergências climáticas na saúde.

14

INVESTIR NA FORMAÇÃO CRÍTICA PARA A AÇÃO TRANSFORMADORA

Processos formativos, formais ou não formais, são fundamentais para o **desenvolvimento de consciências críticas e capacidades de intervenção**. É preciso criar espaços de aprendizagem que explorem as complexas relações entre saúde, ambiente e justiça, preparando indivíduos para uma atuação colaborativa e comprometida.



15

POR SISTEMAS DE SAÚDE RADICALMENTE DEMOCRÁTICOS E TERRITORIALIZADOS

A articulação entre sistemas públicos de saúde e a vigilância popular **constrói redes de proteção baseadas na valorização de todos os saberes**. Essa integração materializa-se quando serviços de emergência em situações de desastre climático estabelecem diálogo com a medicina ancestral e tradicional ou quando políticas nacionais de adaptação climática incorporam estratégias milenares de comunidades.



Essa abordagem mostra-se particularmente relevante para enfrentar as desigualdades climáticas, uma vez que as emergências ambientais atingem primeiro e com mais intensidade populações racializadas, indígenas, tradicionais e periféricas. A vigilância popular não apenas expõe essas injustiças, mas **pressiona por respostas diferenciadas**, exigindo que os sistemas de saúde incorporem determinantemente os fatores socioambientais.

Para consolidar esse caminho em diferentes realidades nacionais, é fundamental **institucionalizar a potência dos territórios como política de Estado**. Isso demanda: incluir a vigilância popular como estratégia central nos planos locais e nacionais de saúde; criar mecanismos de financiamento específicos para pesquisas-ações que emanem das comunidades; e estabelecer programas permanentes de formação de agentes comunitários de saúde e ambiente em cada território vulnerabilizado.

O futuro da saúde pública, enquanto direito universal, **depende da capacidade dos sistemas de saúde de aprenderem com quem há séculos vigia e cuida da Terra**. Fazer essas diretrizes florescerem significa transcender o aperfeiçoamento técnico dos serviços: significa fazer da proteção da vida o princípio organizador de nossas sociedades.





12

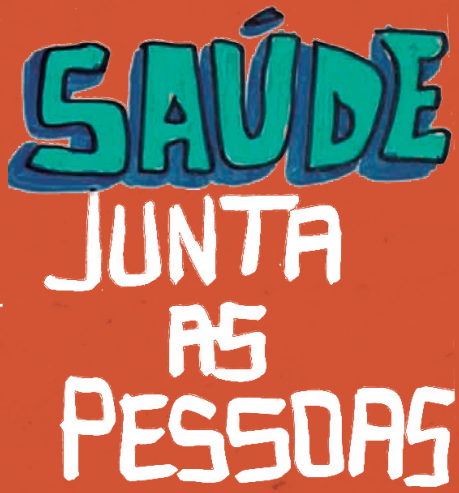
Sujeitos coletivos e colaboradores

A ciranda gira, a roda se refaz
Não há ninguém menos nem há ninguém mais
Com as pernas dos outros juntas com as nossas
Com as mãos unidas se caminha mais
Renovando as forças deste caminhar
Isso é o que nos move nesse desafio
De pesquisa-ação para transformar.

Dos griôs da África aos indígenas e suas rezadeiras e pajés,
dos ciganos do caminho aos sertanejos na Caatinga,
todos sabem: o mundo fala antes de adoecer.
A vigilância popular em saúde e em emergências climáticas é escuta ancestral, memória coletiva, resistência de quem sempre soube ler a vida.
Nos terreiros, nos torés, nas rodas de samba e maracatu,
o corpo dança o que a terra sente.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES: UMA REDE DE VIGILÂNCIA, CUIDADO E TRANSFORMAÇÃO

Uma teia de corações e mãos que movimentam a Vigilância Popular em Saúde, uma teia vibrante, tecida com fios de dedicação, ousadia, coragem, sabedoria ancestral e solidariedade. Essa é a essência da Vigilância Popular em Saúde no enfrentamento às emergências climáticas, *um movimento que emerge da reunião de forças e do poder das mãos que trabalham unidas*. Uma sinfonia de vozes e ações em que cada um tem seu papel fundamental. Nesta seção especial do nosso Guia, abrimos as cortinas para apresentar os verdadeiros protagonistas dessa história: os sujeitos coletivos!





São aqueles que emergem do chão das lutas: as entidades protagonistas, os grupos que colocam a mão na massa, que sentem na pele os desafios e que, com sua determinação e conhecimento, lideram as experiências transformadoras. Mas eles não estão sozinhos! **Por trás de cada iniciativa, existe uma rede de apoio invisível, mas poderosa**. São os grupos e as redes que estendem a mão, que compartilham recursos, que oferecem um ombro amigo e que multiplicam as sementes da esperança.

Nesse tecido coletivo, forma-se **um ecossistema de cuidado e resistência**. Identificamos cada uma dessas organizações no âmbito do nosso Projeto "Vigilância Popular em Saúde como estratégia para potencializar as ações dos sistemas de saúde frente às emergências de saúde pública associadas às mudanças climáticas". Elas são a prova viva de que, quando a comunidade se organiza e se conecta, a saúde se fortalece, e a resiliência floresce, mesmo diante dos maiores desafios impostos pelas emergências climáticas. Vamos conhecer quem faz a diferença!

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DE PESQUISA

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e suas unidades:

* Fiocruz Ceará
    * Grupo de pesquisa: SERPOVOS e Participatório - Saúde, Cuidado e Vigilância Popular com os territórios do campo, da floresta, das águas e dos povos indígenas
* Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Presidência
* Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
* Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
* Fiocruz Minas Gerais – Instituto René Rachou
* Observatório do Clima e Saúde - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT)
* Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPES/ENSP)
* Vice-Presidência de Meio Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Ministério da Saúde e estruturas vinculadas:

* Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
    * Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
    * Departamento de Emergências em Saúde Pública
* Secretaria Executiva
    * Departamento de Articulação Estratégica Participativa e Interfederativa
* Secretaria de Saúde Indígena
* Distritos Sanitários Especiais:
    * Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará
* Secretarias Estaduais de Saúde:
    * Secretaria de Estado de Saúde do Ceará
    * Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul

Organismos internacionais:

* Organização Mundial da Saúde (OMS), com a Aliança para Pesquisa em Políticas e Sistemas de Saúde (Alliance-OMS)
* Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS-Brasil)

MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Movimentos sociais:

* Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/RS)
* Movimento Potigatapuia (CE)
* Movimento Tabajara Serra das Matas (CE)

Organizações da sociedade civil:

* Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde (ANEPS)
* Cáritas
* Amigas da Terra-Brasil

Povos e comunidades tradicionais:

* Aldeia Mundo Novo, Monsenhor Tabosa (CE)
* Tabajara Serra das Matas, Monsenhor Tabosa (CE)
* Povo tabajara, Aldeia Vila Nova, Quiterianópolis (CE)
* Assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita (RS)

Apoio

Este *Guia de Vigilância Popular em Saúde e emergências climáticas* foi concebido como um instrumento prático e aplicável que almeja não ser um documento de gaveta. Sua elaboração é **resultado da sistematização de experiências concretas e do diálogo entre diferentes conhecimentos**: comunitários, técnicos e científicos. O apoio da Aliança para Pesquisa em Políticas e Sistemas de Saúde (AHPSR), da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi crucial para seu desenvolvimento. Essa parceria representa um alicerce estratégico que fortalece a premissa central do projeto: a compreensão eficaz dos impactos das mudanças climáticas na saúde requer a integração de dados locais e a percepção das comunidades diretamente afetadas. Ao mesmo tempo, busca inspirar comunidades de outros países.

Pelos motivos expostos, este Guia não deve ser interpretado como um trilho de trem, que impõe um percurso único e inflexível. Em vez disso, **ele serve como um conjunto de princípios fundamentais e diretrizes adaptáveis**. Seu objetivo é fornecer uma base estruturada e metodológica para que cada comunidade ou organização possa avaliar sua própria situação, identificar riscos específicos e desenvolver estratégias customizadas para alcançar seus objetivos de forma segura e eficaz.

A saúde do mundo é tecida com os fios da organização popular e da memória ancestral. Ao valorizar uma construção que brota da sabedoria popular, ajuda-se a tecer uma saúde global que se fortalece na união, no respeito e na força que vem de cada território.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos, como alimento e motivação para construção e fortalecimento da sabedoria coletiva, da resiliência e da vida dos guardiões e guardiãs da saúde popular, desde as raízes ancestrais até as mãos que hoje semeiam resistência, solidariedade e cuidado. Este Guia é resultado das experiências, dos desafios enfrentados, das aprendizagens escolhidas e refletidas dialogicamente em territórios onde a justiça tem sido uma busca e uma construção cotidiana. Ele só existe, porque vocês abriram seus territórios, suas histórias, as lições de seus caminhos e seus corações para construir juntos a Vigilância Popular em Saúde frente às emergências climáticas.

AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES, GUARDIÕES DA TERRA E DA SAÚDE ANCESTRAL

Ao movimento Potigatapuia e ao conjunto de suas aldeias e à aldeia Mundo Novo (Monsenhor Tabosa-CE) pelos ensinamentos que vêm das raízes mais profundas. Vocês nos mostraram que saúde é ancestral e memória viva, território sagrado, fio sagrado que tece a vida desde tempos imemoriais. Sua resistência é a seiva que nutre iniciativas da saúde entrelaçada dos humanos, animais e ecossistemas, exigindo escuta ancestral de povos e de suas caminhadas por justiça socioambiental e climática.

Aos companheiros e companheiras do Assentamento Santa Rita de Cássia II (Nova Santa Rita-RS) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que transformam o cultivo da terra e a produção de alimento saudável em ato político, reafirmando o direito à alimentação saudável e à vida, em iniciativas de solidariedade e cuidado coletivo. Cada pé de arroz plantado sem veneno, cada mutirão organizado são uma semente em que a esperança vira ação.

AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES POPULARES

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde (ANEPS), que tecem saberes a partir das vozes das comunidades. A todas as organizações que constroem diariamente a saúde como direito.

AOS TRABALHADORES E ÀS TRABALHADORAS DO SUS E DA SAÚDE INDÍGENA

Aos profissionais da Atenção Básica e da vigilância em saúde. Aos agentes indígenas de saúde (AIS), agentes indígenas de saneamento (Aisan), agentes indígenas de combate as endemias e equipes dos Distrito Sanitário Indígena (DSEI/Ceará), que garantem um cuidado voltado para a saúde indígena.

ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARCEIROS ESTRATÉGICOS

À Fiocruz e suas unidades, incluindo: Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes, SERPOVOS e Coordenação de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz Ceará; Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência (NEEPES/ENSP); Estratégia Agenda 2030; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; e Fiocruz Minas Gerais. Ao Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Executiva – Coordenação-Geral de Educação Popular em Saúde e aos departamentos de Emergências em Saúde Pública e Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. À Secretaria Municipal de Saúde de Nova Santa Rita-RS. À Organização Mundial de Saúde (OMS), à Aliança de Pesquisa sobre Sistemas e Políticas de Saúde e ao Departamento de Emergências em Saúde Pública por propiciarem o apoio à ampliação dos diálogos entre saberes no âmbito internacional.

ÀS EQUIPES DE PESQUISA E ELABORAÇÃO

À coordenação e ao coletivo que conduziram esse processo. Aos pesquisadores indígenas e populares que garantiram o diálogo entre saberes e mobilização e o engajamento comunitário. Aos profissionais de campo e apoio que tornaram possível a escuta atenta nos territórios. A toda a equipe técnica e administrativa que sustentou esse trabalho.

A todas as vozes que ecoaram nas oficinas nacionais e territoriais, testemunhos vivos de que, quando o povo se junta, as trocas interculturais acontecem, o diálogo entre saberes floresce e é cultivado, o conhecimento vira teia viva com capacidade de transformar realidades e proteger vidas.

Este Guia carrega: a vibração e pulsação das rodas ancestrais; a força das mãos que cultivam alimentos saudáveis e dignidade; os saberes que se espalham como pólen, conectando roças, aldeias, cisternas, cozinhas e assembleias.

Agradecemos os ensinamentos, os debates acalorados, os pensamentos inovadores e os olhares de canto de olho capazes de enxergar além do óbvio. Que esse conhecimento continue a circular, a crescer e a fortalecer nossas redes na lida com as emergências climáticas e em saúde. Seguimos construindo a Vigilância Popular em Saúde e fortalecendo o SUS com os pés no chão e o coração aberto para as mudanças necessárias. Essa gratidão é semente: vai germinar em cada canto, onde houver gente disposta a cuidar da vida!

POSFÁCIO

Protagonismo e participação popular na vigilância em defesa da vida

MARIÂNGELA BATISTA GALVÃO SIMÃO

Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde

O presente Guia é uma importante ferramenta para comunidades e profissionais de saúde dos territórios, que podem fortalecer a atuação dos sistemas de vigilância em saúde, inspirados nas experiências de pesquisa de Vigilância Popular em Saúde (VPS), no contexto do enfrentamento às emergências climáticas, especialmente nos casos de secas e inundações. As contribuições apresentadas ressaltam a importância da participação e da mobilização social articulada com gestores(as) e trabalhadores(as) dos sistemas e serviços de saúde pública e pesquisadores(as). Essas experiências de pesquisa inspiram abordagens de vigilância em saúde em emergências climáticas e destacam o protagonismo e a participação popular envolvidos desde mapeamento dos riscos até as ações de resposta e mobilização social, frente aos riscos à saúde da coletividade. O Guia é um importante instrumento em defesa da vida, no enfrentamento às emergências climáticas, especialmente nos casos de secas e inundações.

Felicitamos a iniciativa organizada pelo Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes, da Fiocruz Ceará e pela Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência, da Presidência da Fiocruz, com apoio da *Alliance for Health Policy and Systems Research* (OMS), do Programa de Emergências em Saúde/ OMS e do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente e da Secretaria-Executiva. Um desenho metodológico que apresentou como a vigilância popular pode fortalecer

o SUS diante de eventos extremos. De acordo com os idealizadores e colaboradores, o Guia nasceu para ser instrumento prático, orientar protocolos de escuta e alerta comunitário, estabelecer rotinas de resposta local a secas e enchentes, articular equipes de saúde e colaboradores, ações emancipatórias com protagonismo popular, incluindo registros, observação de padrões e comunicação que alimentem a vigilância oficial, considerando as especificidades dos territórios.

A VPS tem se constituído como uma abordagem estratégica e essencial, integra serviços de saúde e a comunidade, considera a sabedoria e o conhecimento popular e cria pontes conectando atores e a mobilização social com a política pública de vigilância em saúde. Apresenta capacidade transformadora e pode atuar para ajudar a monitorar, prevenir e mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre à saúde coletiva, à biodiversidade e aos ecossistemas, incluindo os desastres ecológicos e ambientais. A percepção, a comunicação e a ação rápida, articuladas nas comunidades e integradas aos serviços de saúde, ilustram importante campo de conexão entre a sociedade civil e a vigilância em saúde e ambiente. Reconhecer, apoiar e fortalecer a integração dos saberes e conhecimentos tradicionais com o conhecimento técnico-científico e as práticas locais, como se propõe na VPS, pode favorecer propostas e soluções adequadas ao território e à cultura local; iniciativas baseadas em capacidades, abordagens sustentáveis e integradas, fortalecendo a resiliência regional e a conexão entre as políticas públicas de saúde e a sociedade.

É princípio da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) garantir que todos tenham acesso à saúde, com direito aos serviços de vigilância em saúde, sem discriminação. As ações de vigilância buscam ampla integração, desde a prevenção até o monitoramento, controle, resposta e tratamento. É importante conhecer o território, os riscos, as ameaças e as necessidades locais. Valorizar os conhecimentos, saberes e a participação popular é essencial, pois isso, somado aos conhecimentos técnico-científicos, com uso da epidemiologia e da avaliação de risco, permite definir prioridades e alocar recursos de maneira eficiente. A regionalização reforça esse aspecto e a vigilância deve integrar-se às redes regionais de saúde, respeitando as peculiaridades dos diferentes territórios.

Assim, considera-se que a VPS é estratégia essencial, em desenvolvimento, e que visa ajudar a assegurar que os princípios da PNVS sejam colocados em prática, fortalecendo a integração entre serviços de saúde; promovendo a participação da sociedade nas ações de vigilância; aprimorando os serviços com a incorporação de inovação e tecnologias modernas para melhorar a detecção, a gestão dos riscos e a resposta, integradas às emergências de saúde, com ênfase para as emergências climáticas.

Nesse contexto, a VPS também é uma oportunidade de aproximar comunidade, gestão e profissionais de saúde, colaboradores e academia, com o compromisso de apoiar a formação e a educação permanente, para democratizar a saúde, como preconiza a PNVS.

POSFÁCIO

Quando o povo vigia, a vida floresce

ADRIANO MASSUDA

Secretário Executivo do Ministério da Saúde

ANDRÉ LUÍS BONIFÁCIO DE CARVALHO

Diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa

Ao chegar à leitura final deste Guia, o leitor provavelmente vai perceber que não estamos tratando apenas de um livro sobre saúde ou sobre as alterações climáticas. Trata-se, sobretudo, de um convite para olhar o território com mais atenção e amorosidade, para construí-lo coletivamente com as pessoas e reconhecer que cuidar da vida é uma tarefa que envolve a comunidade. Uma ação democrática e cultural para a liberdade, parafraseando o Mestre Paulo Freire.

No decorrer das páginas, vimos que a Vigilância Popular em Saúde nasce do encontro entre diferentes saberes: o conhecimento científico, os saberes tradicionais, as experiências de quem vive e trabalha nos territórios e as práticas construídas no cotidiano das comunidades. Este é um diálogo profundamente necessário e nos lembra que não há ninguém melhor para conhecer o território do que o povo que o habita. É com sua participação viva e ativa que se visualiza a legitimidade das ações pretendidas.

As marcantes histórias aqui apresentadas apontam, muitas vezes, as soluções para problemas de saúde pública e ambientais que emergem nas aldeias, nos assentamentos, nas comunidades rurais e ciganas, nas periferias e, sobretudo, nos movimentos sociais populares. Nesses lugares é que a vigilância popular em saúde assume o papel estratégico de cuidar, proteger e agir para o enfrentamento das diferentes situações que atingem diferentes territórios.

Vivemos em um tempo marcado por emergências climáticas cada vez mais devastadoras: secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e outras respostas da natureza. A defesa da vida exige novas formas de organização e um SUS que assuma cada vez mais essa tarefa. E é justamente isso que este Guia traz: o papel preponderante do protagonismo popular na observação do território, no registro de mudanças, no enfrentamento de injustiças e na construção de soluções coletivas. Mais do que isso, a necessidade de reconhecer e assumir essa produção como parte fundamental do trabalho complexo e necessário para o enfrentamento das situações adversas à preservação da vida.

Talvez uma das mensagens mais importante deste Guia seja a de que a via a ser construída para qualquer enfrentamento às emergências climáticas precisa ser assumida em coletividade. A vigilância popular acontece verdadeiramente quando todos caminham juntos na mesma direção, cada qual com sua contribuição e vivências para a defesa da vida.

Os casos apresentados mostram que essa construção é possível e pode ser inspiradora para enfrentamentos necessários para essa e as futuras gerações no Brasil e no mundo.

Essas vivências mostram que a vigilância popular em saúde não é apenas um conceito ou uma proposta metodológica. Ela é uma prática viva, constituída no cotidiano dos movimentos sociais populares, nas rodas de conversa, nos mapas e cartografias populares, nas denúncias coletivas, no diálogo com a gestão, nos gestos solidários e, sobretudo, nas ações que protegem o território - que é base e referencial de vida.

Ao finalizar esta leitura, ficam perguntas que acompanham cada tópico deste Guia: que futuro queremos construir para nossa comunidade? Que relações subsidiaram os diálogos necessários para cumprir a agenda interfederativa e participativa que se impõe nesse contexto?

Que a leitura deste Guia possa inspirar novas iniciativas, novas redes de solidariedade e uma governança que inclua novas formas de cuidar da vida. Que ele circule entre comunidades, escolas, movimentos sociais populares, serviços de saúde e universidades. E que cada leitor ou leitora encontre aqui motivos para agir, porque, no fim das contas, quando o povo se organiza, observa, participa, cuida e constrói soluções coletivas, algo muito poderoso acontece: a vida encontra caminhos para florescer, mesmo em cenários desafiadores. E as políticas de saúde se efetivam pelo compromisso selado nesse encontro.

Referências bibliográficas e recomendações de leitura

ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. *In*: SOUSA, C. *Um convite à utopia.* Campina Grande: EDUEPB, 2016.

ACOSTA, A.; ABARCA, M. M. Buen Vivir: An Alternative Perspective from the Peoples of the Global South to the Crisis of Capitalist Modernity. *In*: SATGAR, V. (org.). *Climate Crisis*: The South African and Global Democratic EcoSocialist Alternatives. Joanesburgo: Wits University Press, 2018.

ALLIANCE FOR HEALTH POLICY AND SYSTEMS RESEARCH. *Página inicial*. Disponível em: https://www.ars.ahpsr.org/. Acesso em: 26 nov. 2025.

ARJONA, F. B. S. *et al*. A contribuição do pensamento de Paulo Freire para a Vigilância Popular em Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 29, n. 6, jun. 2024.

BARBOSA, A. *et al.* Construindo a vigilância popular: experiência de mulheres em uma comunidade socioambientalmente vulnerável. *Ciência e Saúde Coletiva*, set. 2025. Disponível em: https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/construindo-a-vigilancia-popular-experiencia-de-mulheres-em-uma-comunidade-socioambientalmente-vulneravel/19814?id=19814. Acesso em: 26 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução n. 588, de 12 de julho de 2018*. Brasília, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588_13_08_2018.html. Acesso em: 1º dez. 2025.

BREILH, J. *Epidemiología crítica y la salud de los pueblos: Ciencia ética y valiente en una civilización malsana*. Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador: 2023. Disponível em: https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/9720/1/Breilh%20J-Epidemiologia%20critica%20y%20salud%20de%20los%20pueblos.pdf . Acesso em 14 de abril de 2026.

BRZEZINSKI, M. E. Educação Emancipatória em bell hooks. *Retratos da Escola*, v. 18, n. 42, 2024.

CALVIN, K. *et al. Climate Change 2023*: Synthesis Report. Geneva: IPCC, 2023.

CARNEIRO, F. F. *et al.* Documentário "Vigilância Popular frente às emergências climáticas e ao fortalecimento dos serviços de saúde". *RECIIS*, v. 19, n. 3, p. 1-8, set. 2025.

CARNEIRO, F. F. *et al*. Vigilância Popular em Saúde: luta emancipatória pela vida ante o agronegócio na Chapada do Apodi-CE. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. spe1, e8715, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18715P. Acesso em: 14 abr. 2026.

CARNEIRO, F. F.; DANTAS, V. L. *Vigia, Povo!* Um guia de vigilância popular em saúde. 2. ed. Eusébio: Fiocruz Ceará; Abrasco, 2023.

CARNEIRO, F. F.; KREFTA, N.; FOLGADO, C. A práxis da ecologia de saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. T*empus Actas de Saúde Coletiva*, v. 8, n. 2, p. 331, 2014.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M. Iniciativas de organização comunitária e covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. A. *Campo, floresta e águas*: práticas e saberes em saúde. Brasília: Editora UnB, 2017.

CARNEIRO, F. F.; SLRCaula; VFlora. *Development of teaching or instructional material* - Trilingual International Course - The Global Health Network (TGHN) Chapter. 2024.

CICHOSKI, P.; ALVES, A. F. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda. *Revista Campo-Território*, v. 14, n. 34, dez. 2020.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro e os estudos da tradução: entrevista com Dennys Silva-Reis. *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 27, p. 229-235, jan.-jun. 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. *On Intersectionality*: Essential Writings. New York: The New Press, 2017.

DAVIS, A. Y. Mulheres negras: dar forma à teoria feminista. *In*: Mulheres negras: vozes que constroem. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, A. P. *et al*. Dicionário de agroecologia e educação. 1ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816p.

ESPINER, D.; HARTNETT, F. Innovation and graphic facilitation. A*otearoa New Zealand Social Work*, v. 28, n. 4, p. 44-53, 2016.

FIOCRUZ. *Página inicial*. Disponível em: https://fiocruz.br/. Acesso em: 26 nov. 2025.

FRANCO NETTO, G.; VILLARDI, J. W. R. *Ambiente, saúde, sustentabilidade*: fundamentos, bases científicas e práticas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2024.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, C. M. *et al*. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3645-3656, 2014.

GARAVAN, M. Paulo Freire's Pedagogy of the Oppressed. *In*: DUKELOW, F.; O'DONOVAN, O. *Mobilising Classics*: Reading Radical Writing in Ireland. Manchester: Manchester University Press, 2010.

GUERRA, J.; ACHARYA, P.; BARNADAS, C. Community-based surveillance: a scoping review. *PLoS One*, v. 14, n. 4, p. e0215278, 2019.

HARTINGER, S. M. *et al*. The 2025 Lancet Countdown Latin America Report: moving from promises to equitable climate action for a prosperous future. *The Lancet Regional Health – Americas*, out. 2025.

MACHADO, J. M. H. Processo de vigilância em saúde do trabalhador. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S33–S45, 1997. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600004

MENESES, M. N., KUHN, M. F., ALMEIDA, J. C. de, CARNEIRO, F. F., ROCHA, C. M. F. Vigilância Popular em Saúde no sul do Brasil: expressões de um território que pulsa. *Interface* (Botucatu) [Internet]. 2024;28:e230167. Available from: https://doi.org/10.1590/interface.230167

MENESES, M. N., *et al*. Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 28, n. 09 [Acessado 14 Abril 2026] , pp. 2553-2564. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.13542022.

MILANEZ, F. *et al*. Violencia, extractivismo y salud: la emergencia indígena en Brasil. *Ecología Política*, v. 67, p. 41-49, jun. 2024.

MONKEN, M. Território e saúde: apontamentos conceituais para a proposta de territórios sustentáveis e saudáveis. *Saúde em Debate*, v. 48, n. especial, ago. 2024.

OLIVEIRA, A. I. L.; LOBÃO, J. S. B.; CHAO, R. B. Mapeamento participativo: principais aspectos, definições e experiências. *In*: OLIVEIRA, A. I. L.; LOBÃO, J. S. B.; CHAO, R. B. *Cartografia social*: (re)descobrindo saberes. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022.

OLIVEIRA, S. S. *et al.* Vigilância popular em saúde: conceitos, experiências e desafios no contexto brasileiro. I*nterface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 28, 2024.

PARO, C. A.; VENTURA, M.; SILVA, N. E. K. Paulo freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 1, 2020.

PESSOA, V. M.; ALMEIDA, M. M.; CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*, v. 42, n. especial, p. 302-314, set. 2018.

PORTO, M. F. S. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 24, n. 12, p. 4449-4458, dez. 2019.

PORTO, M. F. S. Pode a Vigilância em Saúde ser emancipatória? *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 10, p. 3149-3159, out. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na américa latina. *Polis*, v. 14, n. 42, p. 1-20, 2015.

ROVAI, A. S. et al. Brazilian Mangroves: Blue Carbon Hotspots of National and Global Relevance to Natural Climate Solutions. *Frontiers in Forests and Global Change*, v. 4, jan. 2022.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos – CEBRAP*, v. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M. et al. Perspectivas emancipatórias sobre a saúde e o Bem Viver diante das limitações do processo de desenvolvimento brasileiro. *Saúde em Debate*, v. 36, n. especial, p. 106-115, jun. 2012.

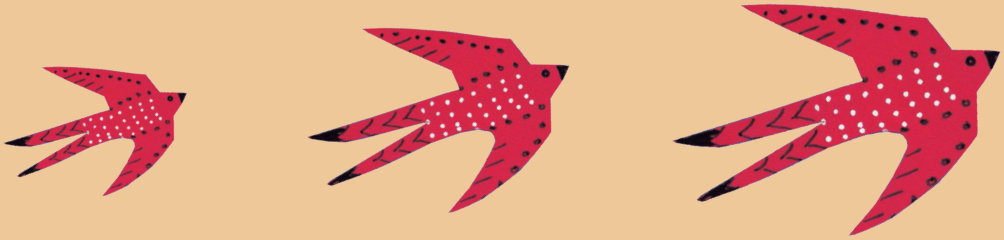
SEVALHO, G. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, p. 611-632, 2016.

SOLÓN, P. *Alternativas sistêmicas*: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

STOLL, S.; SCHONARDIE, E. Sociedade de risco e justiça socioambiental na era da emergência climática: perspectivas urbanas a partir de Henri Acselrad. *Misión Jurídica*, v. 18, n. 29, nov. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/397362368_Sociedade_de_risco_e_justica_socioambiental_na_era_da_emergencia_climatica_perspectivas_urbanas_a_partir_de_Henri_AcselradRisk_society_and_socio-environmental_justice_in_an_era_of_climate_emergency_ur. Acesso em: 26 nov. 2025.







"O que chamo de queda do céu é a destruição de tudo
o que existe. Os brancos não percebem, mas estão
serrando as cordas que sustentam o céu"

Davi Kopenawa (Yanomami)

"A saúde do planeta e a nossa são a mesma"

Vandana Shiva

"A utopia está lá no horizonte. [...]
Para que serve a utopia? Serve para isso:
para que eu não deixe de caminhar"

Eduardo Galeano